



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LÍDIA EULÁLIA FREIRE CHAVES

**ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DA PARAÍBA: UM INSTRUMENTO
INOVADOR DA POLÍTICA PÚBLICA EM 2016**

**MONTEIRO – PB
2017**

LÍDIA EULÁLIA FREIRE CHAVES

**ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DA PARAÍBA – UM INSTRUMENTO
INOVADOR DA POLÍTICA PÚBLICA EM 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas

**MONTEIRO – PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C512o Chaves, Lídia Eulália Freire.
Orçamento democrático da Paraíba [manuscrito] : um instrumento inovador da política pública em 2016 / Lidia Eulalia Freire Chaves. - 2017.
74 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Ilcleidene Pereira de Freitas, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Orçamento público. 2. Orçamento democrático. 3. Orçamento democrático da Paraíba.

21. ed. CDD 658.154

LÍDIA EULÁLIA FREIRE CHAVES

**ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DA PARAÍBA: UM INSTRUMENTO
INOVADOR DA POLÍTICA PÚBLICA**

Monografia apresentada(o) ao Curso de Ciências Contábeis, Campus Poeta Pinto do Monteiro da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Ciências Contábeis

Área de concentração: Contabilidade

Orientadora: Profa. Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas

Aprovada em: 16/11/2017.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Orientadora



Profª. Msc. Cristiane Gomes da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Examinador 1



Prof. Esp. Paulo César Cordeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Examinador 2

A Deus, aos meus avós, Elizeu Firmino de Melo e Joana Freire de Melo (*in memoriam*) e a minha filha Alexia. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de estar realizando este trabalho.

A todos os meus familiares, em especial aos meus avós, Elizeu Firmino de Melo e Joana Freire de Melo, que hoje se encontram com Deus, mas que sempre me incentivaram e nunca mediram esforços na realização dos meus sonhos.

A professora orientadora Ilcleidene Pereira de Freitas pelo apoio, auxílio e dedicação na construção deste trabalho.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis da UEPB, campus VI, pelos ensinamentos que serão de grande valia na minha vida profissional.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta e/ou indireta na construção e realização deste sonho.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o Orçamento Participativo do Estado da Paraíba como um instrumento inovador da política pública. Neste trabalho, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, conduzida por meio de uma análise bibliográfica, documental e de levantamento, tendo como método de abordagem o dedutivo. Os dados foram coletados nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Governo do Estado da Paraíba, analisados através do uso de gráficos. A pesquisa comprova que, com a implantação do Orçamento Participativo no Estado da Paraíba, as ações desenvolvidas, especificamente, na 5ª Região Geoadministrativa, cujos municípios se localizam na Microrregião do Cariri Paraibano, foram determinantes na geração de desenvolvimento, pois, todas as cidades que a compõem, passaram por um processo gradativo de transformações e mudanças nos mais variados setores. Portanto, a participação popular, notadamente, em uma Região com poucas perspectivas de crescimento e desenvolvimento, mas, onde se vivencia, o estado democrático de direito é sempre necessária para se construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Sendo o principal desafio dos governantes, a promoção da transformação social através das ações implantadas cujo objetivo deve ser o de atender aos anseios e necessidades apresentados pelas pessoas, quando reunidas em assembleias, discutindo e decidindo as ações que deverão ser inseridas para garantir um futuro promissor à todos.

Palavras-chave: Orçamento Participativo. Política Pública. Participação Popular.

ABSTRACT

The present work had as objective to analyze the Participatory Budget of the State of Paraíba as an innovative instrument of public policy. In this work, was made an search descriptive with approach qualitative and quantitative, fulfilled through a analyze bibliographic, documentary and of lifting, having as method of approach the method deductive. Data were collected on the websites of the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the Government of the State of Paraíba, analyzed through the use of graphs. The research shows that, with the implementation of the Participative Budget in the State of Paraíba, the actions developed specifically in the 5th Geoadministrative Region, whose municipalities are located in the Cariri Paraibano Microregion, were determinant in the generation of development, since all cities that make up, have undergone a gradual process of transformation and change in the most varied sectors. It was concluded, therefore, that popular participation, especially in a region with few prospects for growth and development, but where one lives, the democratic state of law is always necessary to build a more just and egalitarian society for all. Being the main challenge of the government, the promotion of social transformation through the implemented actions whose objective must be to meet the wishes and needs presented by the people, when gathered in assemblies, discussing and deciding the actions that should be inserted to ensure a promising future to all.

Keywords: Participatory Budgeting. Public policy. Popular participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Receita Estadual dos últimos 5 anos.....	34
Tabela 2 Maiores valores do PIB dos Municípios Paraibanos (2013).....	34
Tabela 3 Maiores valores do PIB dos Municípios Paraibanos (2014).....	35
Tabela 4 Principais atividades econômicas.....	37
Tabela 5 Menores valores do PIB dos Municípios Paraibanos(2013).....	37
Tabela 6 Menores valores do PIB dos Municípios Paraibanos (2014).....	38
Tabela 7 Produto Interno Bruto segundo as Regiões Geoadministrativas do Estado da Paraíba 2014	38
Tabela 8 Evolução do IDH da Paraíba por décadas.....	39
Tabela 9 População acima de 200 mil habitantes.....	40
Tabela 10 População acima de 100 mil habitantes.....	41
Tabela 11 População acima de 50 mil habitantes.....	41
Tabela 12 População e quantidade de cidades.....	41
Tabela 13 Ações Demarcadas na Lei Orçamentária Anual.....	49
Tabela 14 Obras realizadas na 5ª Região Geoadministrativa através do OD entre os anos de 2011 a 2015.....	51
Tabela 15 Total de Investimentos Realizados na 5ª Região Geoadministrativa por Área.....	52
Tabela 16 Recursos Hídricos, Abastecimento D'água e Esgotamento Sanitário – Cagepa e SEIRHMAC.....	52
Tabela 17 Empreender.....	54
Tabela 18 Desenvolvimento Humano (SEDH).....	55
Tabela 19 Educação + SUPLAN.....	57
Tabela 20 Estradas de Rodagem.....	58
Tabela 21 Saúde.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Participação dos cinco maiores municípios no PIB da Paraíba	35
Gráfico 2 Os cinco maiores PIBs dos municípios do Estado da Paraíba (em R\$ milhões).....	36
Gráfico 3 Evolução do IDHM da Paraíba, por década.....	39
Gráfico 4 Distribuição de renda, por quintos da população em décadas selecionadas.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Divisão Geoadministrativa do Estado da Paraíba.....	46
Quadro 2 Participação popular nas Audiências Regionais dos Ciclos de 2011 – 2015.....	50
Quadro 3 Segurança Pública e DETRAN	59
Quadro 4 Agropecuária e Pesca (PROCASE).....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibid.	Mesmo autor
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
IDH	Indicador de Desenvolvimento Humano
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
LOA	Lei Orçamentária Anual
OD	Orçamento Democrático
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Apresentação do tema	11
1.2 Caracterização do problema.....	12
1.3 Objetivos.....	12
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	12
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	12
1.4 Justificativa.....	12
1.5 Estrutura do trabalho.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Contabilidade	14
2.2 Orçamento Público.....	15
2.2.1 Orçamento Democrático.....	17
2.2.2 Histórico do Orçamento Democrático no Mundo.....	21
2.2.3 Orçamento Democrático no Brasil.....	23
2.2.4 Funções de Governo.....	25
2.3 Crescimento e desenvolvimento econômico.....	27
2.4 Histórico da Paraíba.....	32
2.4.1 Perfil Socioeconômico do Estado da Paraíba.....	33
3 METODOLOGIA.....	43
3.1 Caracterização da pesquisa.....	43
3.2 Ambiente da pesquisa.....	43
3.4 Coleta e tratamento de dados	44
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Com o advento da promulgação da Constituição Federal no dia 05 de outubro de 1988, comemorada por diversos setores sociais como a “Constituição Cidadã”, inaugurava um novo momento no cenário nacional, ao ampliar o espaço para a participação popular nas mais distintas esferas de governo. Com esse acontecimento, embora distante de um país que oportuniza espaços de igualdade para todos os seus patrícios, uma nova ordem social foi implantada no Brasil: o povo pode acompanhar mais de perto o trabalho dos governantes eleitos pelo próprio povo.

Para Pascoal (2008) o orçamento participativo evidencia-se por uma participação direta e efetiva das comunidades na elaboração da proposta orçamentária do Governo. A participação da sociedade civil acontece por meio de conselhos, associações, sindicatos, classes estudantis, enfim, grupos sociais organizados ou não que apresentam demandas ou propostas que constem no documento final, e que servirá de base para o exercício financeiro do ano subsequente. Naturalmente, algumas demandas não serão atendidas, pois, reunidas as indicações postuladas pelo povo, haverá a percepção de que o Estado não dispõe de valores pecuniários para o atendimento de todas as necessidades elencadas.

Segundo Avritzer (2003), o Orçamento Participativo é a cessão da soberania por aqueles que o detêm enquanto resultado de um processo representativo a nível local. Todos os cidadãos são tornados, automaticamente, membros das assembleias regionais com igual poder de deliberação. Paralelo a essa participação na tomada de decisões, que busca valorizar os setores mais carentes da população, acontece, às vezes, de forma despercebida, um processo de conscientização coletiva. É o processo de apoderamento social, quando as camadas economicamente menos favorecidas apresentam nas assembleias as suas propostas para que sejam elencadas como metas a serem fomentadas pelo Poder Executivo.

Dias (2008), destaca que quanto mais condições se conseguirem reunir para a implementação desse tipo de processo, mais potencialidades poderão gerar na construção de uma democracia mais participativa a nível local. Para tanto, deve haver por parte da população uma verdadeira mobilização no sentido de ampliar cada vez mais a participação nas assembleias e audiências realizadas com o intuito de fazer valer as suas reivindicações e propostas.

1.2 Caracterização do problema

Será que o orçamento Participativo (OP) implantado pelo Governo do Estado da Paraíba tem contribuído como um instrumento inovador da política pública?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o Orçamento Participativo (OP) da 5ª região implantado pelo Governo do Estado da Paraíba a fim de verificar se é realmente um instrumento inovador da política pública.

1.3.2 Objetivos específicos

- Descrever o surgimento do Orçamento Participativo no mundo e no Brasil;
- Apresentar a história do Orçamento Participativo no Estado da Paraíba;
- Verificar o impacto da participação popular na construção do Orçamento Participativo;
- Averiguar se as demandas do Orçamento Participativo implantado pelo Governo geram desenvolvimento ao Estado.

1.4 Justificativa

O Orçamento Participativo é um instrumento através do qual a sociedade interage mais ativamente na construção de políticas que visem atender aos seus anseios, com aplicação dos recursos públicos em serviços e obras de interesse da coletividade. Nele estão previstos os recursos que deverão ser gastos com a manutenção do Estado, pagamento de pessoal, serviços sociais, investimentos em obras, enfim, compromissos do executivo para com a população.

Trata-se de uma tendência a ser seguida nas discussões das diversas esferas dos entes governamentais. Sendo a principal peça de uma administração, por nele se encontrar todas as ideias, propostas e compromissos do Poder Executivo para com a população no período cronologicamente estabelecido de 1 (um) ano.

Os atuais governantes não podem mais administrar o bem público com a visão voltada para o que foi elaborado apenas por técnicos e burocratas, sem uma participação mais efetiva da sociedade. Faz-se necessário essa atenção no momento em que se está gerindo o que é público. É preciso que a administração pública se volte para o atendimento das demandas da população.

Portanto, o presente trabalho, justifica-se a partir da premissa de que o Orçamento Democrático amplia a participação popular nas decisões das ações de governo e renova a maneira de se administrar na esfera estadual. Dessa forma, através da presença mais maciça da população compreende-se que uma nova maneira de gerenciar o patrimônio público é possível. Sendo tal prática um processo contínuo de aprendizagem dos governantes e uma experiência democrática altamente positiva da sociedade contemporânea. Em suma, estudar esse importante instrumento de participação popular para a concretização e efetivação de políticas públicas voltadas para a melhoria social com a maior abrangência possível é de suma importância no âmbito acadêmico.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho está ordenado em cinco sessões. Na primeira está a introdução, seguida do referencial, metodologia, análise dos resultados e considerações, e a base de pesquisa encontra-se nas referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade

Conforme Santos (2004) a contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem. Atingiu sua maturidade entre os séculos XIII e XVI d.C. (comércio com as Índias, burguesia, renascimento, mercantilismo, etc.). Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos.

Santos (2004, p. 15) ressalta que a Contabilidade:

Está presente em todas as áreas sociais e o seu campo de atuação pode ser tanto no setor público (empresas públicas, prefeituras, estados, Federação, instituições financeiras públicas etc.) quanto no setor privado (indústria, comércio, prestadoras de serviços etc.), ou seja, nas empresas particulares.

Cavalcanti (2000) considera a contabilidade uma ciência social, sofrendo influências do meio em que opera e devendo ser adaptada ao contexto das mudanças sociais, políticas e econômicas, sem prejudicar seu propósito de atender bem a todos os vários usuários da informação contábil. Desta forma, a contabilidade como ciência social está dividida em diversas áreas de atuação, sendo a contabilidade pública uma destas.

No Brasil, a legislação aplicada a contabilidade pública é Lei nº 4.320/64 que assim dispõe:

A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei n. 4.320/64)

As bases legais para os procedimentos aplicados pela Contabilidade Pública na Lei Nº 4.320/64, assim determina:

A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada à conta dos mesmos créditos e as dotações disponíveis (BRASIL, 1964, art. 90).

E ainda o artigo 83 da referida lei adverte que:

A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados (BRASIL, 1964, art. 83). Assim como “ a contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão” (BRASIL, 1967, art. 79).

Sendo estas normas essenciais para o bom funcionamento da Contabilidade que se aplica ao setor Público. Deve a administração pública nortear-se por tais regras no momento de colocar em prática os atos contábeis, considerando a constante busca por resultados positivos da gestão, que suscitem o correto uso e aplicação do dinheiro público para o bem da coletividade. (Lei 4.320/64, art. 83)

2.2 Orçamento Público

É de grande valia o orçamento público para nortear as ações governamentais. Alguns teóricos definem o seu entendimento sobre Orçamento Público.

Entre as muitas definições apontamos Bezerra Filho (2012, p. 5),

Ferramenta legal de planejamento do Ente Federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais.

Com esse planejamento, necessário e próprio para uma eficácia da administração pública, feitas as projeções para os gastos que serão feitos em determinado período, para que não se utilize das finanças públicas de forma aleatória, os entes federados terão condições de melhor planejar as suas ações, fazendo com que os resultados práticos de suas ações administrativas sejam visíveis, transparentes e, sobretudo, com resultados positivos, atendendo os anseios da população que gradativamente está aprendendo a participar da construção do OP, com ideias e sugestões.

Para Souza (2004, p. 344), “O OP consiste em uma abertura do aparelho do Estado à possibilidade de a população participar diretamente das decisões sobre a destinação dos investimentos públicos”. Nos dizeres de Avritzer (2003, p. 3) o Orçamento Participativo é:

Uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa baseada em quatro elementos: a primeira característica do OP é a cessão da soberania por aqueles que a detem enquanto resultado de um processo representativo a nível local. A soberania é cedida a um conjunto de assembleias regionais e temáticas que operam a partir de critérios de universalidade participativa.

A fim de que o Orçamento Público seja colocado em prática duas leis são fundamentais: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Neste aspecto, Bezerra Filho (2012, p. 28), assim retrata a LDO e a LOA, respectivamente;

- As metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- Orienta a elaboração da lei orçamentária anual;
- Dispõe sobre as alterações na legislação tributária; e
- Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- O orçamento fiscal;
- O orçamento de seguridade social e
- O orçamento de investimentos.

São objetivos do Orçamento Público:

- a) controlar gastos – é essencial para a eficácia da administração pública. Ter o controle dos gastos para não exceder nas despesas e descontrolar as finanças do erário público, evitando abusos;
- b) gestão de recursos – saber como utilizar os recursos disponíveis, evitando erros que levem a desperdícios do patrimônio público;
- c) planejamento – organizar e articular as ações, evitando descontrolado na execução anteriormente planejadas;
- d) administração macroeconômica – constitui-se da preocupação com a distribuição de renda e crescimento econômico.

Portanto, para que o OP seja realmente um instrumento eficiente de aplicação dos recursos oriundos das receitas públicas, faz-se necessário que na elaboração de suas peças estejam contidas todas as indicações necessárias para o seu bom uso durante o período ou exercício no qual será utilizado. Sendo que o Orçamento é a junção de receitas e despesas, deve-se elencar as previsões de despesas que serão executadas.

É função do Poder Executivo converter as Leis em ato concreto. No caso específico do Orçamento Anual estão previstos os recursos que serão utilizados no exercício subsequente. A elaboração do Projeto de Lei é obrigação do Poder Executivo, neste caso, o Governador em Exercício (com a participação popular nas plenárias regionais). Tendo um resumo do que a população pede para seus municípios, a equipe técnica do Governo elabora o Projeto de Lei que, em seguida é enviado pelo Governador à Assembleia Legislativa.

Sendo recebido no Parlamento Estadual é encaminhado as Comissões pertinentes para que seja dado um parecer, seguindo para a apreciação do Plenário e votado pelos Deputados. Aprovada a matéria, retorna ao Executivo para que seja sancionada pelo Governador tornando-se lei que será executada a partir da data prevista.

Os membros do Poder Legislativo compõem a representatividade, eleitos pela democracia participativa (o povo), que se organiza e articula exercendo o seu papel de cidadania, não esperando que o Legislativo individualmente opine sobre o OP. É nessa mistura de papéis, que os atores sociais constroem uma nova história.

2.2.1 Orçamento Democrático

O Orçamento Democrático, embora seja um mecanismo utilizado por governos democráticos, é uma ferramenta indispensável para a participação da sociedade nas decisões governamentais nas mais distintas esferas, fazendo com que as demandas oriundas do seio popular se tornem realidade. Para Souza (2004, p. 23):

O Orçamento Participativo constitui-se em um processo de consultas e debates sobre o orçamento público municipal que têm se ampliado a cada ano. Através deste processo, a população de algumas cidades brasileiras – especialmente os seus setores mais pobres – passa a discutir os problemas que afetam suas vidas, as prioridades de investimentos do governo municipal e a decidir o que deve ser feito, onde e quando.

Refere-se a uma grande conquista, especialmente para os menos favorecidos da sociedade, os que, ao longo de décadas foram excluídos e sofreram as consequências de um sistema social injusto. Ouvir a voz e o apelo desta ampla parte da sociedade, através do OP é sem dúvidas um grande avanço para as localidades onde os mesmos estão inseridos e servindo de modelo e inspiração para que outros governos também o façam.

Segundo Avritzer (2003), “[...] o OP é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa [...]”, sendo os representantes do povo, os membros das Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Câmara Federal, todos eleitos com o sufrágio popular, naturalmente, usam do mandato legislativo para fomentar ações de interesse da coletividade. Enquanto que, cabendo às pessoas do povo a própria organização como membros efetivos da democracia participativa.

Torna-se importante frisar que é preciso existir essa abertura para a participação popular, acompanhado de perto para onde se destinam os recursos públicos. Não obstante, uma presença mais firme do povo, o grande beneficiário de todo processo, gera uma política pública orçamentária de qualidade elevada. Não se pode pensar em OP sem a participação das camadas mais pobres e esquecidas da sociedade.

No entendimento de Souza (2002, p. 67) o OP é: “um instrumento de gestão urbana que envolve aspectos que vão das estratégias para facilitar e promover a participação do maior número de pessoas a uma necessária preocupação com a dimensão espacial”.

É com esse pensamento que a gestão pública deve se conduzir, usando os meios possíveis, que facilitem a máxima participação popular, tornando-se condutora de oportunidades e aberta às novas demandas vindas do seio coletivo. Não se pode conceber nesse mundo globalizado, gestores públicos com pensamentos retrógados, fechados aos novos tempos e as novas maneiras de se gestar o bem público Oliveira (2001, p. 14)

De acordo com Oliveira (2001, p. 14)

[...] desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local, [...] que adote uma forma democrática representativa. O desenvolvimento local poderia criar um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos.

Aproximar-se cada vez mais da sociedade e conseqüentemente dos cidadãos é papel dos governantes. Nesse sentido, o OP vem contribuir com essa aproximação por ser uma ferramenta apropriada par tal fim. Assim, o desenvolvimento almejado passa necessariamente

pelas ideias norteadoras elencadas nas assembleias populares regionais, quando se discute e elege prioridades para que sejam executadas pelos gestores. Oliveira (2001, p. 14)

Nesse sentido, Dahl (2009, p. 108), diz que OP:

É evidente que o único governo que pode corresponder plenamente a todas as exigências do estado social é um governo em que todo povo participa; em qualquer participação, mesmo na menor função pública, é útil; que a participação deveria ser por toda a parte tão grande quanto permita o grau geral de melhoria da comunidade [...].

Os governantes carecem da compreensão de que o bem público deve ser bem cuidado, por se tratar de recursos advindos do próprio povo, através do pagamento de impostos e outras tantas taxas administrativas e que são recolhidos diretamente aos cofres públicos. Por isso mesmo, a necessidade de participação popular, cada vez mais ampla como meio de referenciar o trabalho do ente público governante. Tornando evidente o progresso que muito se almeja e espera. Dahl (2009, p. 108)

Lembra o professor Celso Ribeiro Bastos (1992, p. 74) que:

A finalidade última do orçamento é de se tornar um instrumento de exercício da democracia, pelo qual, os particulares exercem o direito, por intermédio de seus mandatários, de só verem efetivadas as despesas e permitidas as arrecadações tributárias que estiverem autorizadas na lei orçamentária.

Fica o ocupante do cargo ou função pública no dever de efetivar as despesas que estiverem contempladas na Lei Orçamentária Anual (LOA), não podendo fugir à essa regra de aplicação do Orçamento Público, pois, estará descumprindo preceitos anteriormente estabelecidos em lei, o que importará em aplicação de sanções legais. Sendo instrumento de pleno exercício da democracia, ligado ao aspecto de cidadania concreta. (Bastos 1992, p. 74)

Conforme Kashiwakura (1997, p. 7),

O orçamento público consiste na: programação das atividades governamentais em um determinado período de tempo, geralmente um ano, a previsão dos recursos disponíveis para atender aos gastos correspondentes e a aprovação desse programa por um órgão representativo da soberania estatal.

Com previsão de começar e de encerrar, tendo assim um período determinado, o OP reúne os gastos que serão efetuados no exercício anual, pois, o período fixado é de um ano,

começando no primeiro dia do mês de janeiro e terminando no último dia de dezembro. Devendo nesse tempo, se materializarem as ações que estão fixadas na LOA. Havendo a sua plena efetivação fica demonstrada a habilidade do gestor em gerir os recursos existentes. (Kashiwakura 1997, p. 7)

A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, institui condições da participação popular na elaboração e cristalinidade do orçamento público, estabelecendo o seguinte:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; [...]

Mais um instrumento de ordem legal à disposição da população, a Lei de Responsabilidade Fiscal, vem confirmar a necessidade da transparência da gestão fiscal nos mais diversos meios de acesso público, inclusive incentivando a realização de encontros e assembleias públicas, quando da elaboração e discussão do OP. Tendo sido valorosa a promulgação dessa Lei, por ampliar o debate em torno das ações que se pretende realizar utilizando recursos do tesouro público. (LRF, art. 48).

2.2.2 Histórico do Orçamento Democrático no Mundo

O Orçamento Democrático ou Participativo, segundo Nunes (1999), iniciaram as experiências na década de 1970 com prefeitos da esquerda de cidades europeias, como Bolonha, na Itália, Delf, na Holanda, e Chambéry, na França, que inovavam convidando os habitantes a participar das decisões urbanas.

Na cidade francesa de Poitiers, alguns dos seus habitantes fizeram uma petição às autoridades locais, expressando o desejo de melhorar o trânsito em uma de suas ruas. As autoridades analisaram essa possibilidade e, finalmente, concordaram. No entanto, a medida tomada não resolveu a problemática, pois, se de um lado da rua o problema estava resolvido, do outro lado o problema continuava.

As autoridades também atenderam ao pedido dos moradores do lado oposto da rua. Porém, o problema não foi sanado. Os dois lados da rua ficaram bloqueados nas duas entradas. Faltou aos habitantes da localidade a oportunidade para discutir a questão do trânsito nos seus bairros. Surge assim, a partir de uma simples situação o Orçamento Participativo, que gradativamente se espalha pelo mundo.

No Continente Europeu, as demandas são diferenciadas dos países Latinos Americanos, onde os índices de pobreza são alarmantes em relação à Europa. A Espanha aproxima-se bastante de Porto Alegre, salvo pela mais ampla experiência da cidade brasileira, não tendo, ainda, repercussões no que tange aos critérios de justiça social e distribuição de recursos. (MILANI, 2008).

Na Alemanha, essa temática foi discutida por todos os partidos políticos. Em alguns países da Europa do Leste, a exemplo da Bulgária e Albânia, fomentado pelo Banco Mundial e outras instituições voltadas para o desenvolvimento, o OP se encerra quando termina o apoio internacional.

Na América Latina o OP é muito bem aceito em relação aos demais continentes, provavelmente por causa da exitosa experiência de Porto Alegre, RS. Porém, em cada localidade metodologias próprias foram usadas, adaptando-o à realidade local. A proximidade geográfica facilitou a expansão para os países Latinos Americanos, a exemplo de Paraguai e Chile. No Peru, o OP inicia na década de 1990.

Um fato que chama atenção é que no ano de 2003, foram criadas leis nacionais, tornando obrigatório OP em níveis regional e municipal. Mesmo assim, em algumas localidades não ocorre de forma satisfatória como deveria. No Equador foi adaptado para as

localidades com grande número de indígenas. Existindo casos de interrupção, frutos de derrotas eleitorais.

A Bolívia também editou leis que ampliam a participação popular. A Colômbia criou uma rede nacional, criando mecanismos de participação popular. Na Venezuela, os Conselhos Comunais têm características semelhantes às do OP. Na América Central, o modelo existente de OP é diversificado, com suas variedades e especificidades. Acredita-se que a República Dominicana seja o país, proporcionalmente, com o maior número de cidades onde está implantada essa ferramenta de participação popular.

Na Argentina, o planejamento estratégico não é espaço deliberativo. Quanto a circulação de informação, por exemplo, os participantes não manifestam clareza acerca das diferentes etapas do planejamento estratégico participativo, ou sequer de sua posição no processo, de seus direitos e seus deveres (MILANI, 2008).

Na África, a implantação do OP começa tardia, se comparada à outros continentes. Porém, deve-se considerar a fragilidade democrática presente em boa parte dos seus países, sendo necessária a firme presença de instituições e Organizações Não Governamentais (ONG's) internacionais. Merecendo destaque os problemas sociais, econômicos e políticos que tornam essa parte do mundo como o maior aglomerado de pobreza mundial.

A Ásia e a Oceania um pouco mais tarde do que a África implementaram o processo de implantação do OP, porém com crescimento considerável. Existem divergências entre as diferentes localidades quanto a dinâmica de formulação e gerenciamento do OP. Constituído por uma estrutura política diversificadas, com espaços para estados federados e centralizados, monarquias constitucionais com governos parlamentaristas, governos presidencialistas unitários e regimes de partido único.

O orçamento em todo mundo é encarado, como algo puramente técnico, um instrumento de gestão econômica, politicamente neutra, quando, na verdade, para Souza (2001) ele possui um imenso conteúdo político, porque se trata de decidir sobre fins, e não apenas sobre a otimização dos meios, isto é, trata-se de gerir os recursos públicos que serão investidos (ou não) para satisfazer as necessidades da população. Uma das tendências mundiais de transformações dos orçamentos participativos é o uso das tecnologias, a exemplo da *internet*, adicionada às práticas inovadoras para sua consumação e realização.

O OP se estende por todo o mundo de diferentes modos, embora, continue sendo o governante o principal protagonista do processo, não se pode desvalorizar a participação popular opinando e sugerindo e o papel do Poder Legislativo nas discussões e aprovações das leis que torna possível a sua execução.

2.2.3 Orçamento Democrático no Brasil

A Europa vivenciava suas primeiras experiências de OP na década de 1970, enquanto que o Brasil vivia neste período uma ditadura, o que não impediu que algumas experiências acontecessem, conforme cita Alves (1980, p. 19), “[...] conversando com sua gente, esmiuçando os múltiplos projetos que a administração põe em prática, fazendo, com muitos acertos e erros, uma experiência-piloto de democracia participativa e economia ecológica”, a exemplo de Ipiaú/Bahia nos anos 60, Piracicaba/SP na década de 1970 e Lages/SC na década de 1980.

Este sentimento ganhou força, à medida que se acentuava a crise da ditadura militar, e em que a população crescentemente se mobilizava em favor de formas mais democráticas para o país. Assim, certos movimentos sociais, especialmente ligados às pastorais sociais da igreja católica, defendiam a "voz e vez" do povo, os políticos considerados "progressistas" defendiam a descentralização política, para "aproximar as decisões do povo", e quando assumiam os governos, procuravam favorecer formas descentralizadas de governo. A campanha "Diretas Já", clamando pelo direito da população eleger o Presidente da República, expressava fundamentalmente o sentimento da população de querer estar presente à cena política.

Segundo Souza (2004, p. 344), “o OP consiste em uma abertura do aparelho do Estado à possibilidade de a população participar diretamente das decisões sobre a destinação dos investimentos públicos” .

Das experiências vivenciadas, o OP de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, iniciado em 1989, resultado da pressão de movimentos populares por participar das decisões governamentais e implantado pelo governo do Partido dos Trabalhadores – PT, na gestão de Olívio Dutra, alcançou grande repercussão e sucesso, com destaque em níveis nacional e internacional, sendo citado no Jornal *Le Monde Diplomatique*, em agosto de 1998, como a experiência de democracia direta municipal única no mundo (NUNES, 1999).

Conforme Fedozzi, (2002, pág. 19), a experiência de Porto Alegre, foi selecionada pelas Nações Unidas como uma das quarenta melhores intervenções urbanas merecedoras de apresentação, em 1995, na segunda Conferência Mundial sobre Habitação Humana (Habitat II), realizada em Istambul. As gestões porto alegrensenses "pós-petistas" mantêm o funcionamento do OP, com alterações em seu formato.

O Orçamento Participativo de Porto Alegre, tornou-se uma referência para o mundo. O Banco Mundial reconhece o processo de participação popular daquela cidade como exemplo bem-sucedido de ação conjunta entre Governo e sociedade civil. Representantes de prefeituras brasileiras e estrangeiras, estudiosos do mundo inteiro visitam essa cidade com o objetivo de conhecer seu Orçamento Participativo.

Na Região Nordeste do Brasil, a cidade de Recife-PE, teve sua experiência de OP desenvolvida a partir de 1995, quando Jarbas Vasconcelos exercia o seu segundo mandato a frente da Prefeitura, no período de 1993 a 1996. Observa-se que o montante do orçamento e a distribuição do mesmo é decidida, primeiramente, pelo secretariado. A partir de então, acontece as deliberações nas regionais. (AVRITZER, 2003).

No Sudeste brasileiro, a prefeitura de Belo Horizonte inovou, ao adotar o Orçamento Participativo Digital, votação eletrônica onde qualquer cidadão pode opinar e votar nas obras de sua preferência através do meio eletrônico, veiculando sua opinião na *internet*. O OP foi implantado pela primeira vez na capital paulistana durante o Governo de Luiza Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores no final dos anos 80 (AVRITZER, 2000).

Durante a gestão de Marta Suplicy, do PT, entre os anos de 2001 e 2004, promoveu a multiplicidade de canais de participação abertos por seu governo. Vários processos, como o Orçamento Participativo, os Planos Diretores, a implementação das subprefeituras, demonstram a disposição do governo em ampliar os canais de participação popular (TATAGIBA, 2004).

Segundo Silva e Carvalho (2016):

Discussão pública do orçamento pretende melhorar a alocação dos recursos por meio da participação direta dos cidadãos, tidos como mais qualificados para indicar as prioridades de gasto do que seus representantes no Legislativo; essa participação criaria ambiente propício para crescimento e desenvolvimento da democracia, com maior transparência do Estado e com a formação de nova concepção de cidadania.

Normalmente, valorizavam-se as associações de moradores como órgãos legítimos de representação dos moradores, e deste modo, a participação popular pode ser vista como um caminho alternativo. Aumentando a consciência política da sociedade, mais segura para cuidar da sua localidade, fiscalizando melhor a administração. O orçamento participativo permite à população discutir orçamento e políticas públicas. Seu objetivo é assegurar a participação direta na definição das prioridades para os investimentos públicos. Com isso, a

decisão sobre os recursos municipais fica compartilhada entre os poderes Executivo e Legislativo e a população.

2.2.4 Funções de Governo

Para falar de políticas públicas faz-se necessário uma pesquisa para entendermos o seu surgimento. Vamos encontrar em Souza (2006, p. 22) uma resposta apropriada.

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Fica evidente, no início a diferença que existe entre política pública na Europa e nos Estados Unidos. Enquanto que para a Europa a política pública baseia-se em teorias que tentam explicar o papel do Estado, entenda-se por governo, nos EUA, aparece no mundo acadêmico sem ligações sobre o papel do Estado, enfatizando nos seus estudos a ação dos governos. (Souza 2006, p. 22)

Souza (2006, p. 22) explicita a introdução da política pública na área de governos ao citar que:

Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências.

É justamente esse um período de grande apreensão mundial de disputas estratégicas e conflitos indiretos, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), que ocorre um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. O mundo tentava conviver com essa situação tensa, que a qualquer momento poderia desencadear em numa nova guerra com extensão mundial. (Souza 2006, p. 22)

Como definição de política pública, Souza (2006, p. 24) diz que "Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública [...] A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz".

Conseqüentemente, respondida a essa indagação é possível que haja um entendimento mais próximo da realidade dessa temática. Tendo em vista que, mesmo estando implícito no texto, a definição que melhor norteia política pública é a transparência oriundas de suas ações e onde são efetivamente aplicados os recursos e quais os seus beneficiários diretos. E ainda versando o tema, o mesmo autor, Souza (2006, p. 36), sintetiza as diversas definições sobre políticas públicas e seus principais elementos:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Verifica-se a importância da política pública nas ações governamentais, havendo uma distinção entre o que se pretende realizar e o que de fato acontece. São diversos atores que participam de sua construção, cabendo ao governo a sua execução. Com ampla abrangência, não se limitando a leis e regras vigentes. Deve contemplar as metas que se pretende atingir. Sendo uma política de longo prazo para sua total concretização, carecendo, após ser implantada e executada, uma avaliação para verificar se alcançou os resultados almejados e objetivos pretendidos. (Souza, 2006, p. 36)

No tocante as funções de Governo, assim ensina Vasconcelos (2002, p. 394), ao classificar as funções econômicas do setor público:

FUNÇÃO ALOCATIVA: está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado e à correção de externalidades (positivas ou negativas) na produção ou consumo de alguns bens e serviços;

FUNÇÃO DISTRIBUTIVA: distribuição de renda depende da produtividade do trabalho e dos demais fatores de produção do mercado. Ou seja, ela dependerá da oferta de fatores e do preço que eles atingem no mercado;

FUNÇÃO ESTABILIZADORA: está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não ocorrem de maneira automática na economia.

Para ele, estudos da área de Finanças Públicas destacam uma quarta função do setor público: a Função de Crescimento Econômico, que diz respeito às Políticas acerca da formação capital.

No tópico seguinte, a centralidade do tema é o crescimento e desenvolvimento econômico de um país ou sociedade e a sua importância no cotidiano, saber discernir o significado de cada um deles.

2.3 Crescimento e desenvolvimento econômico

O Crescimento e Desenvolvimento Econômico de um determinado país é um tema que está sempre presente nas discussões de acadêmicos e estudiosos do assunto, devido à sua importância, podendo suscitar situações que venham contribuir positivamente para o progresso da sociedade contemporânea.

Vasconcelos (2002, p. 403) entende que, crescimento e desenvolvimento econômico são conceitos distintos:

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia).

Faz-se uma separação entre crescimento e desenvolvimento econômico, pois, o primeiro é contínuo, enquanto, o segundo envolve mais qualidade, que melhora os indicadores econômicos. Para Cacciampali (2010, p. 43):

O crescimento econômico se constitui em um processo através do qual a renda *per capita* de uma dada sociedade se eleva persistentemente. Acompanhando esse crescimento ocorrem transformações estruturais quantitativas e qualitativas. Dentre essas destacam: a diminuição nas taxas brutas de natalidade e de mortalidade que alteram a estrutura etária da população e da força de trabalho; a ampliação do sistema escolar e de saúde; o maior acesso aos meios de transportes, de comunicação e culturais; a urbanização das atividades econômicas e da inserção da força de trabalho em detrimento do setor primário e a favor das atividades de serviços; a maior

integração com as mais importantes economias mundiais; e o aumento da produtividade média nos diferentes setores da atividade econômica.

Quando um determinado país consegue fazer transformações estruturais que interferem no seu crescimento e desenvolvimento econômico, com melhorias visíveis, beneficiando diretamente à sua população, veremos acontecer o surgimento de uma nova sociedade, com reduzida taxa de mortalidade, sistema escolar que atende os anseios da sociedade, uma saúde que supra as demandas, oferta de meios de transportes de qualidade, segurança pública eficiente, ampliação da política externa com outros países, entre outros indicadores que resultam numa melhor condição de vida.

Na visão de Alves e Vasconcellos (2011, p. 561) “[...] o crescimento da produção e da renda decorre da variação na quantidade e na qualidade de dois insumos básicos: capital e mão de obra”. Os autores também elencam a existência de cinco fontes de crescimento: aumento na força de trabalho; capacidade produtiva; melhoria na qualidade da mão de obra; melhoria tecnológica; e eficiência organizacional. Estando estas fontes de crescimento em equilíbrio, o Crescimento Econômico de um país aconteceu positivamente.

Ensina Coutinho (2013, p. 24), que o conceito de desenvolvimento sugere:

Um processo de luta de classes em meio ao qual o capitalismo, entendido como uma necessidade histórica, terminaria por ceder lugar, em razão as das necessárias contradições internas que carrega consigo, a uma forma de organização social sem classes na qual uma forma limitada de governo – a ditadura do proletariado – permitiria que a transição para o socialismo se completasse.

Quando a população passar a viver com as mesmas condições de oportunidades, usufruindo de forma igualitária dos mesmos direitos, passará a existir desenvolvimento social pleno. É esse o entendimento de Ibid. (2013). Uma participação ativa da sociedade lutando contra o capitalismo, havendo uma transição e, com isso, a existência de um sistema socialista eficiente como instrumento de mudanças na sociedade.

No tocante ao Desenvolvimento Econômico, Cacciomali (2010, p. 45), assim afirma:

O desenvolvimento econômico e humano, por sua vez, pressupõe que, paralelamente ao crescimento econômico, a maior parte da população dessa sociedade seja a principal beneficiária das mudanças em andamento. Entende-se que, ao longo do processo de desenvolvimento, a maior parte da população eleve o seu padrão de vida material, obtenha melhores condições

de saúde, viva mais tempo, amplie o seu exercício de cidadania e disponha de maiores oportunidades de aperfeiçoamento pessoal.

É perceptível que Cacciamali considera o Crescimento e o Desenvolvimento Econômico como temas interligados. Sendo o Crescimento Econômico de caráter quantitativo e o Desenvolvimento Econômico relacionado à estrutura social, visando melhorar a vida das pessoas.

Furtado (2000, p. 22), aponta que “[...] a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica.” Diante dessas percepções infere-se que são amplos os conceitos de Crescimento e de Desenvolvimento Econômico.

Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando diz que um país é subdesenvolvido, [...] a maior parte da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis (GEMAUD; JÚNIOR, 2007, p. 395).

Existem então, vários indicadores que determinam o índice de desenvolvimento e crescimento de determinada nação, tema este, bastante complexo para ser estudado. Também chamados de Indicadores Sociais, os Índices de Desenvolvimento informam sobre expectativa de vida desde o nascimento, acesso a água potável, números de leitos disponíveis em hospitais, enfim, uma série de benefícios necessários ao ser humano para sobreviver em sociedade. O Brasil ocupa uma posição bem inferior em relação aos países chamados de Primeiro Mundo.

Entre os principais índices de desenvolvimento de um país, merece destaque: o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e o Coeficiente de Gini. Ainda é possível citar: a distribuição de renda e o grau de pobreza.

Indicador de Desenvolvimento Humano - IDH - de um país avalia a distribuição de renda, condições de moradia, saúde e educação, entre outros. Foi a Organização das Nações Unidas – ONU que criou o IDH e muitos países do mundo utilizam para medir a sua condição social. Sendo o IDH resultado de três indicadores: de renda, longevidade e educação. Assim ensina Torres Ferreira e Dini, (2003):

No início da década de 1990, foi lançado pela ONU o índice de desenvolvimento humano (IDH), que se propõe a verificar o grau de desenvolvimento de um país utilizando alguns indicadores de desempenho. O IDH logo passou a ser a mais conhecida medida de desenvolvimento humano.

Produto Interno Bruto – PIB - usa a representação fracionária que cada pessoa receberia da sociedade na qual reside, tornando-se o PIB *per capita*, ou seja, por pessoa, se a riqueza produzida fosse distribuída de forma igual entre seus habitantes. É muito utilizado no setor da economia e se mede a partir de serviços, investimentos e gastos governamentais.

O Coeficiente de Gini ou índice de Gini, assinala o grau de concentração de renda em uma determinada sociedade. Varia de 0 (zero) a 1 (um). Sendo mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda num país. Quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda de um país.

A Distribuição de Renda é essencial para definir várias situações em relação à economia de uma sociedade. É a maneira de se distribuir o capital de um país entre seus habitantes.

A divisão regional da renda - que procura mostrar qual a participação de cada uma das regiões brasileiras na renda do país; e a divisão pessoal da renda – que reflete o grau de concentração de rendimentos entre os residentes deste país, dividindo em grupos de população, dos mais pobres aos mais ricos (GEMAUD; JÚNIOR, 2007, p. 403).

O Grau de Pobreza é ocasionado pela desigual distribuição de renda. Rossetti (2003, p. 278), assim se posiciona sob o tema:

O conceito de pobreza relativa é derivado direto das estruturas de desigualdade na distribuição de renda. Sob este prisma, a pobreza pode ser definida em relação a determinado padrão médio – como a renda média por pessoa ocupada, calculada para o conjunto da população economicamente ativa. Os que se encontram abaixo desse padrão são pobres em relação ao conjunto. Já o conceito de pobreza absoluta leva em conta não a posição relativa de determinada classe em relação à sociedade a que pertence. Ele parte da concepção de que pobreza e desigualdade social não são coisas iguais, embora se apresentem correlacionadas.

Um conceito bastante discutido na sociedade, pois, interfere diretamente nas estruturas estabelecidas. Sendo a pobreza calculada, contando-se a população economicamente ativa, encontrada uma média dos que estão ocupados para classificar em padrão médio de pobreza. Os que se encontram abaixo do padrão médio de pobreza, considerados pobres e os que se encontram em pobreza absoluta, são aqueles com posição mínima de sobrevivência na sociedade.

Para saber se existem crescimento e desenvolvimento econômico em determinada sociedade, o ser humano valeu-se dos métodos da contabilidade como melhor maneira para calcular, contar, anotar e registrar os acontecimentos contábeis, conforme crescia o comércio ao redor do mundo.

No prosseguimento, a leitura é sobre o contexto histórico do Estado da Paraíba. Na continuação, elenca o perfil sócio e econômico e como aconteceu o processo de implantação do Orçamento Democrático pelo Governo do Estado.

2.4 Histórico da Paraíba

Segundo Borba (2006), o Estado da Paraíba ocupa uma área de 56.372 Km, limitando-se ao norte com o Rio Grande do Norte, ao sul com Estado de Pernambuco, a oeste com o Ceará e a leste é banhada pelo oceano Atlântico. Formado por 223 municípios e 60 distritos, constituindo quatro mesorregiões e vinte e três microrregiões. Possui clima quente e úmido no litoral e nas baixadas, quente e seco no sertão, curimataú e cariri, e frio nas cidades situadas nos relevos da Borborema.

Conforme Ibid. (2006, p. 38):

A Paraíba encontra-se situada na região nordeste do Brasil. Sua colonização iniciou-se em 1585, com a fundação da primeira cidade, às margens do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba, após a fundação de Olinda (1534) e Salvador (1549). Essa primeira edificação urbana não conheceu foros de vila. Já nasceu cidade, por empreendimentos diretos do governo português que também organizou sua conquista e seu povoamento.

Escrevendo sobre a Paraíba, (BORBA, 2006), assim expressou-se falando sobre João Pessoa: a capital do Estado é a terceira mais antiga cidade do Brasil. Sua fundação ocorreu durante o domínio da Coroa de Felipe II, rei da Espanha que reinava sobre Portugal (1580-1640).

Alguns historiadores, como Pinto (1977), considera que, embora se comemore, a 5 de agosto de 1585, a data da fundação da cidade, por ter sido o dia em que se estabeleceu a paz entre tabajaras e portugueses, afirma, que o início da construção se deu a 4 de novembro do mesmo ano, em obediência ao alvará de 29 de dezembro de 1583.

Foi a desavença existente entre os tupis (Potiguaras e Tabajaras) que retardou a conquista e colonização do território paraibano. Em razão de desentendimento havido entre eles, os Tabajaras invadiram o interior do Estado, sob a chefia do valente cacique Pyragibe, morubixaba da tribo Tabajara, oriundo das margens do Rio São Francisco, na Bahia, fronteira com Pernambuco (BORBA, 2006).

Para o historiador Horácio de Almeida (1966), houve o retorno desses índios ao litoral por gestões de Martim Leitão – Ouvidor Geral, pois, através de uma expedição comandada por João Tavares, conseguiu a paz com Pyragibe, no dia 05 de agosto.

Segundo Borba (2006, p. 40) “Os primeiros habitantes da Paraíba, por ocasião da colonização, foram os portugueses, holandeses, franceses e africanos. Aqui estavam os aborígenes – Tupis e Tapuias – estes últimos agrupados, predominantemente, nas serras”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a Paraíba conta com uma população estimada em 2014 de 3.943.885, densidade demográfica de 66,70 habitantes e o índice de desenvolvimento humano - IDHM em 2010 de 0,658. Os dez municípios com maior contingente populacional concentram 46,2% do total de habitantes. A capital João Pessoa, tem 780.738 habitantes, seguida de Campina Grande com 402.912 residentes. Sendo que os seis menores municípios em termos populacionais possuem menos de dois mil habitantes.

2.4.1 Perfil Socioeconômico do Estado da Paraíba

O Governo do Estado da Paraíba, conforme a Lei Orçamentária Anual – LOA, dos últimos cinco anos, obteve os resultados (receita) apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 Receita Estadual dos últimos 5 anos

ANOS	VALORES EM REAIS
2012	8.088.184.783,00
2013	9.903.562.776,00
2014	10.747.555.000,00
2015	10.527.259.233,00
2016	10.879.760.126,00

Fonte: Governo da Paraíba, 2017.

Os recursos foram conseguidos, principalmente, a partir da arrecadação de tributos, contribuições, transferências e demais receitas. Para melhor analisar o perfil socioeconômico do Estado da Paraíba, faz-se necessário observar os municípios que concentram os maiores e menores valores do Produto Interno Bruto – PIB, nos anos de 2013-2014.

A Tabela 2 mostra os maiores valores do PIB dos municípios paraibanos em 2013.

Tabela 2 Maiores valores do PIB dos Municípios Paraibanos (2013)

Municípios	PIB (1.000 R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
PARAÍBA	46.377.299	100,0
João Pessoa	15.002.609	32,3
Campina Grande	6.574.105	14,2
Cabedelo	2.030.250	4,4
Santa Rita	1.905.403	4,1
Patos	1.155.462	2,5
Sub-total	26.667.829	57,5
Outros 218 Municípios	19.709.470	42,5

Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014.

A Tabela 3 apresenta os maiores valores do PIB dos municípios paraibanos em 2014.

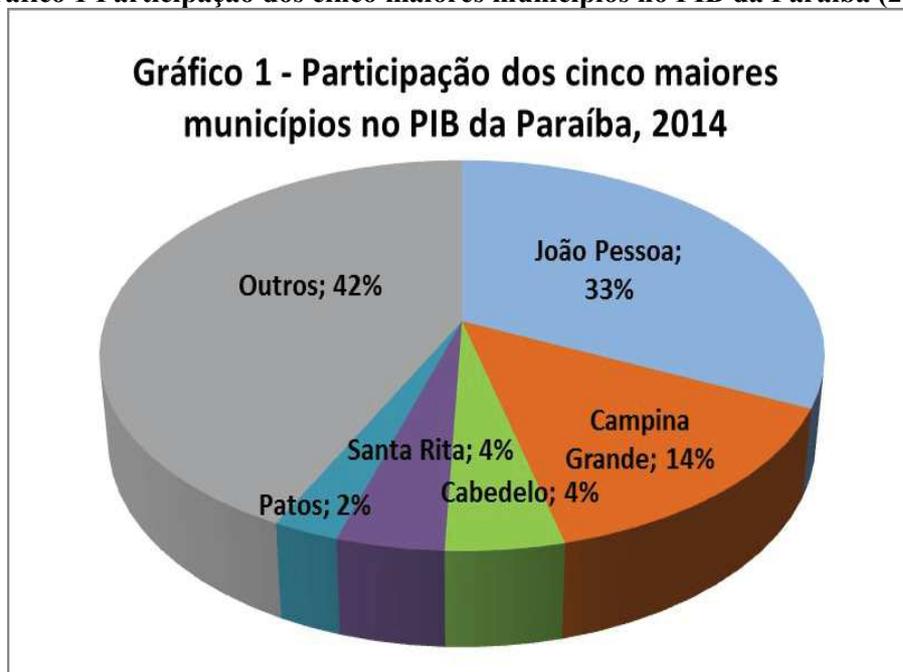
Tabela 3 Maiores valores do PIB dos Municípios Paraibanos (2014)

Municípios	PIB (1.000 R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
PARAÍBA	52.936.483	100,0
João Pessoa	17.462.539	33,0
Campina Grande	7.541.055	14,2
Cabedelo	2.294.113	4,3
Santa Rita	2.079.084	3,9
Patos	1.322.958	2,5
Sub-total	30.699.749	58,0
Outros 218 Municípios	22.236.734	42,0

Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014

Os resultados em 2014 indicam que os cinco maiores municípios paraibanos concentraram 58% do total do valor do PIB. Já os outros 218 municípios agregaram juntos 42%. Vale destacar que o município de João Pessoa participou com 33%, e Campina Grande, o segundo maior centro urbano do estado, foi responsável por 14%, evidenciando, assim, a importância da capital no contexto da economia paraibana (IDEME/IBGE 2014).

O Gráfico 1 mostra a participação dos cinco maiores municípios paraibanos no PIB em 2014.

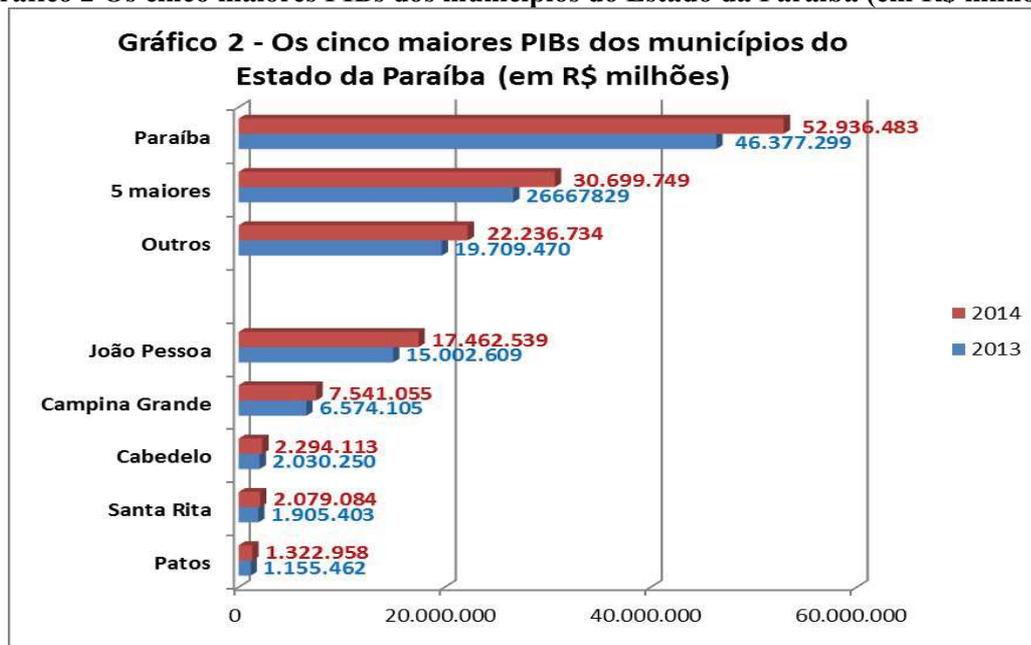
Gráfico 1 Participação dos cinco maiores municípios no PIB da Paraíba (2014)

Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014

Com esse desempenho, o município de João Pessoa continuou sendo o centro dinâmico da economia paraibana, revelando um incremento nominal de 16,4% no valor do seu PIB, passando de R\$ 15,003 bilhões, em 2013, para R\$ 17,462 bilhões, em 2014.

O Gráfico 2 apresenta os cinco maiores PIBs dos municípios do Estado da Paraíba em R\$ milhões.

Gráfico 2 Os cinco maiores PIBs dos municípios do Estado da Paraíba (em R\$ milhões)



Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014.

Fazendo uma análise setorial, constata-se que as principais atividades econômicas, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 Principais atividades econômicas

Municípios	Principal Atividade Econômica
João Pessoa	Setor de Serviços – 69% Setor Industrial – 25,1% Setor Agropecuário – 0,1%
Campina Grande	Setor de Serviços – 61,6% Setor Industrial – 26,7% Setor Agropecuário – 0,3%
Cabedelo	Setor de Serviços – 64,8% Setor Industrial – 27,3% Setor Agropecuário – 0,3%
Santa Rita	Setor de Serviços – 37,6% Setor Industrial – 36,4% Setor Agropecuário – 6,6%
Patos	Setor Terceário – 66,7% Setor Industrial – 10,8% Setor Agropecuário – 0,7%

Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014.

A Tabela 5 mostra os cinco menores valores do PIB dos municípios paraibanos (2013-2014).

Tabela 5 Menores valores do PIB dos Municípios Paraibanos (2013)

Municípios	PIB (1.000 R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
PARAÍBA	46.377.299	100,0
Parari	13.813	0,03
São José B. do Cruz	13.624	0,03
Zabelê	13.258	0,03
Areia de Baraúnas	13.103	0,03
Coxixola	12.839	0,03
Sub-total	66.637	0,14
Outros 218 Municípios	46.310.662	99,86

Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014.

Entre os cinco menores Produtos Interno Bruto, destacam-se, três municípios, localizados na 5ª Região Geoadministrativa: Parari, Zabelê e Coxixola.

A Tabela 5 os menores valores do PIB dos municípios paraibanos em 2014.

Tabela 6 Menores valores do PIB dos Municípios Paraibanos (2014)

Municípios	PIB (1.000 R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
PARAÍBA	52.936.483	100,0
Parari	16.066	0,03
São José B. do Cruz	15.199	0,03
Zabelê	14.827	0,03
Areia de Baraúnas	14.544	0,03
Coxixola	13.749	0,03
Sub-total	74.386	0,14
Outros 218 Municípios	52.862.097	99,86

Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014.

Observa-se que num comparativo entre o PIB de acordo com as Regiões Geoadministrativas, entende-se que a 5ª Região, tem como município sede a cidade de Sumé, que apresenta uma participação de apenas 1,83 % em relação as demais cidades sede das regionais do Estado da Paraíba. O resultado encontrado pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 Produto Interno Bruto segundo as Regiões Geoadministrativas do Estado da Paraíba 2014

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	PIB DA REGIÃO R\$ (1.000,00)	PARTICIPA ÇÃO NO ESTADO (%)	PART. MUNIC. SEDE NAS REGIÕES (%)
TOTAL	52.936.483	100,00	--
1ª Região: Sede João Pessoa	25.760.153	48,17	66,51
2ª Região: Sede Guarabira	1.327.016	2,43	55,98
3ª Região: Sede Campina Grande	11.280.389	21,58	65,41
4ª Região: Sede Cuité	742.545	1,47	20,36
5ª Região: Sede Sumé	965.033	1,83	34,35
6ª Região: Sede Patos	2.214.463	4,23	59,11
7ª Região: Sede Itaporanga	1.145.184	2,16	19,47
8ª Região: Sede Catolé do Rocha	975.037	1,81	30,27
9ª Região: Sede Cajazeiras	1.789.949	3,33	49,84
10ª Região: Sede Sousa	1.250.583	2,36	73,85
11ª Região: Sede Princesa Isabel	538.412	1,02	32,41
12ª Região: Sede Itabaiana	1.600.706	3,09	13,93
13ª Região: Sede Pombal	579.785	1,10	52,55
14ª Região: Sede Mamanguape	1.493.138	2,88	31,35
15ª Região: Sede Solânea	1.274.090	2,53	16,08

Fonte: IBGE E IDEME/Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014.

No que diz respeito ao IDH nas últimas décadas no Estado da Paraíba, segundo o IBGE (2014), apresenta a seguinte evolução, conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8 Evolução do IDH da Paraíba por décadas

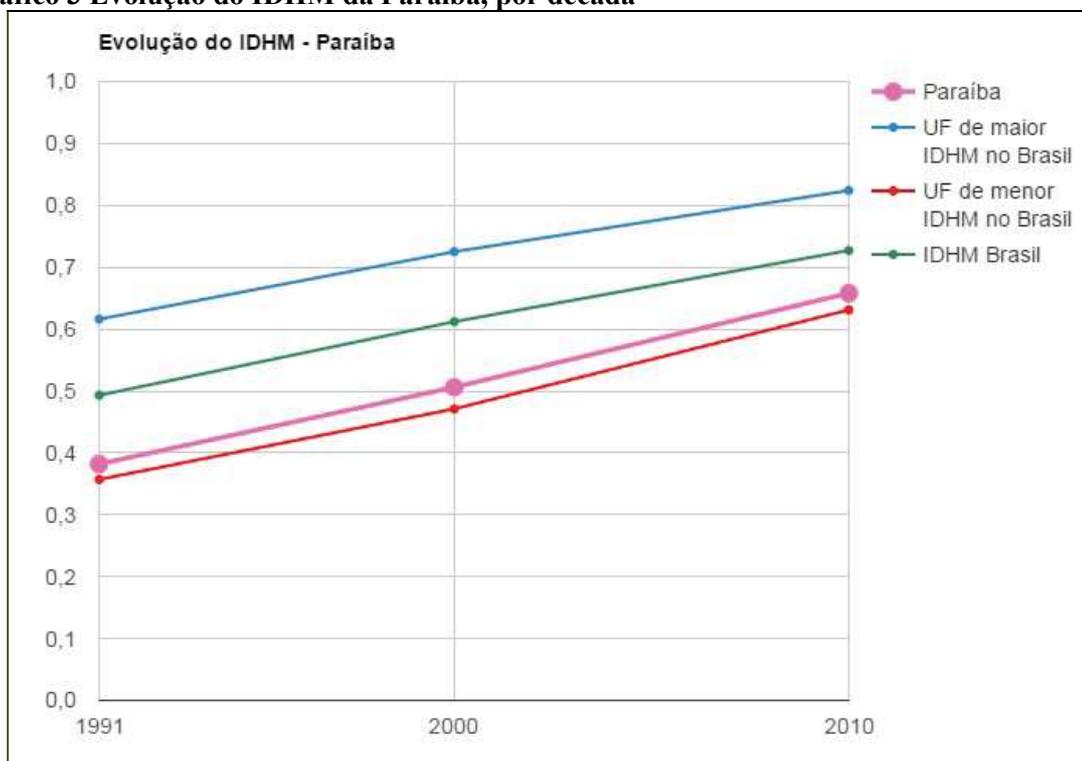
ANOS	IDH
1991	0,405
2000	0,541
2010	0,682

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano no Estado da Paraíba evoluiu nas últimas três décadas, tendo se elevado de 0,405 em 1991 para 0,682 em 2010, significando dizer que, principalmente, a distribuição de renda, condições de moradia, saúde e educação melhoraram entre a população e, conseqüentemente, a condição social passou para um nível mais elevado, possibilitando melhor condição de vida.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do IDHM da Paraíba, por década.

Gráfico 3 Evolução do IDHM da Paraíba, por década



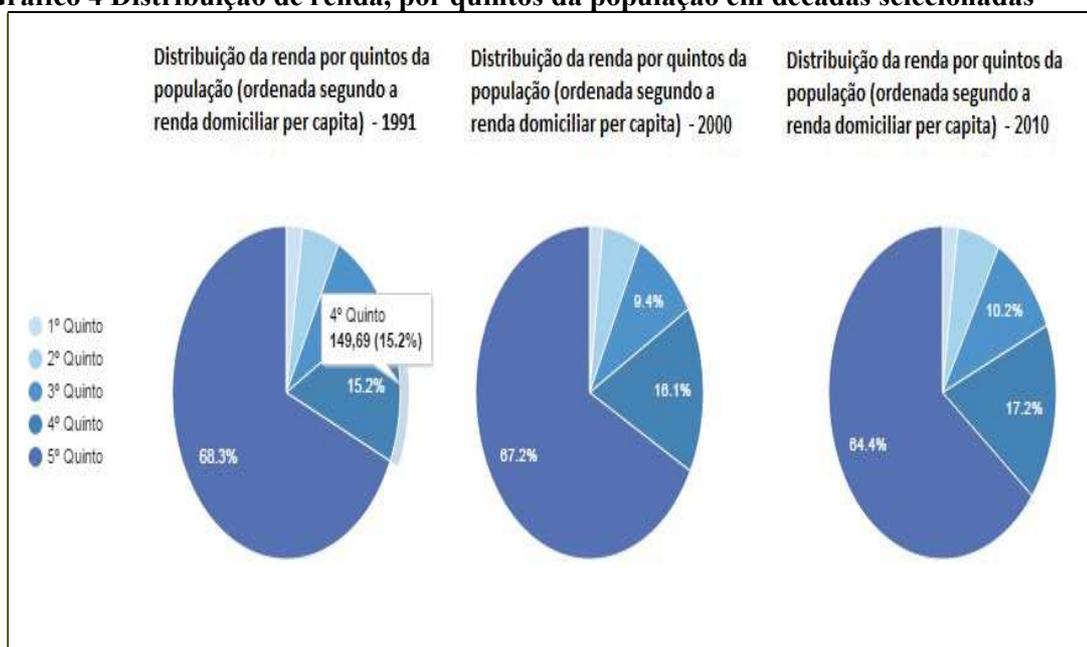
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2014.

Conforme o IBGE (2014), a renda *per capita* média da Paraíba cresceu 141,59% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 196,59, em 1991, para R\$ 299,09, em 2000, e para R\$

474,94, em 2010. Equivalente a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,75%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,77%, entre 1991 e 2000, e 4,73%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 68,29%, em 1991, para 49,61%, em 2000, e para 28,93%, em 2010.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição da renda por quintos da população, ordenada segundo a renda domiciliar *per capita*, nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 4 Distribuição de renda, por quintos da população em décadas selecionadas



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, (2014).

As Tabelas 9, 10 e 11 trazem a população do Estado da Paraíba, conforme estimativas do IBGE para o ano de 2016;

Tabela 9 População acima de 200 mil habitantes

Município	População
João Pessoa	801.718
Campina Grande	407.754

Fonte: IBGE, 2015.

Tabela 10 População acima de 100 mil habitantes

Município	População
Santa Rita	135.917
Patos	107.067

Fonte: IBGE, 2015.

Tabela 11 População acima de 50 mil habitantes

Município	População
Bayeux	96.583
Sousa	69.196
Cabedelo	66.858
Cajazeiras	61.816
Guarabira	58.529
Sapé	52.463

Fonte: IBGE, 2015.

Nas demais cidades do Estado da Paraíba, a população está assim distribuída, conforme mostra a Tabela 12.

Tabela 12 População e quantidade de cidades

População	Quantidade de cidades
Acima de 20 mil habitantes	24 cidades
Acima de 10 mil habitantes	54 cidades
Abaixo de 10 mil habitantes	134 cidades

Fonte: Governo da Paraíba, 2017.

É plausível concluir que, as dez maiores cidades concentram a maioria da população, enquanto que, a imensa maioria das cidades são habitadas por uma população que está abaixo de 10 mil pessoas, ou seja, consideradas como pequenas cidades.

Diante dos estudos apresentados, é possível afirmar que, o Estado da Paraíba, embora permaneça, lentamente, diminuído os índices de pobreza dos seus habitantes, continua sendo um dos Estados brasileiros, cuja maioria da população ainda é pobre, necessitando de implantação de mais políticas públicas voltadas para o seu crescimento e desenvolvimento, afastando as desigualdades sociais e de renda que prevalecem. A renda *per capita* média cresceu nas últimas décadas. A taxa média anual de crescimento também evoluiu e a renda

familiar *per capita* apresentou uma melhoria. São dados que progressivamente ajudam no processo de transformação social.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, por ser o proceder metodológico mais adequado no estudo do presente tema. Por meio da observação, descrição, buscou-se descrever a influência do OP em uma gestão aberta e participativa, com enfoque especial para a 5ª Região Geoadministrativa.

Com relação aos procedimentos, a pesquisa é documental e bibliográfica. De acordo com Vergara (2003) uma pesquisa documental é baseada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, tais como: balancetes, ofícios, memorandos, fotografias, filmes, etc. Desta forma, a natureza documental deste estudo dar-se pelo fato de que se buscou analisar os documentos que tratavam sobre o tema em estudo.

Além disso, é de cunho bibliográfico, pois foi realizado um estudo bibliográfico em diversos livros, trabalhos de conclusão de curso, *sites* do Governo do Estado da Paraíba, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, revistas acadêmicas e material publicitário onde foram encontradas informações sobre o OP. Segundo Fonseca (2002, apud. GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37) “[...] a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Em relação à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual as informações obtidas foram investigadas de forma detalhada e buscou evidenciar as características não evidenciadas através do método quantitativo.

3.2 Ambiente da pesquisa

O Orçamento Participativo do Governo do Estado da Paraíba foi o objeto de estudo, onde foram realizados levantamentos e estudos para averiguar a sua importância como instrumento inovador da política pública. Procurando saber qual a efetiva participação popular na sua constituição e as melhorias realizadas, especialmente na 5ª Região Geoadministrativa.

As cidades que compõem a 5ª Região Geoadministrativa estão encravadas nas terras da Microrregião do Cariri Paraibano (Cariris Velhos) e na Mesorregião Geográfica da

Borborema. Em sua maioria é constituída por cidades com baixa população. Historicamente, a Região caririzeira é marcada pela escassez de chuvas, fazendo parte do semiárido nordestino.

3.3 Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, onde foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisa bibliográfica: livros, artigos, *sites*, monografias, etc. Na pesquisa documental, exploraram-se documentos produzidos pelo Governo do Estado em *sites* da *internet*, folhetos impressos e materiais de propaganda institucional.

Portanto, realizou-se uma averiguação para identificar se as demandas solicitadas nas plenárias do OP e implantadas pelo Governo do Estado da Paraíba geram desenvolvimento, melhorando a vida da população, especialmente na 5ª Região Geoadministrativa. Fazendo um comparativo do que anteriormente existia e as melhorias efetuadas com a utilização desse novo instrumento inovador da política pública.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a metodologia adotada, o Estado da Paraíba foi dividido em 15 Regiões Geoadministrativas, assim distribuídas, com suas cidades sede, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 Divisão Geoadministrativa do Estado da Paraíba

(continua)

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
1ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: JOÃO PESSOA 14 Municípios
2ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: GUARABIRA 11 Municípios
3ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: CAMPINA GRANDE 38 Municípios
4ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: CUITÉ 11 Municípios
5ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: SUMÉ 18 Municípios Amparo, Camalaú, Caraúbas, Congo, Coxixola, Gurjão, Monteiro, Parari, Prata, Ouro Velho, Santo André, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Zabelê
6ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: PATOS 22 Municípios
7ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: ITAPORANGA 18 Municípios
8ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: CATOLÉ DO ROCHA 10 Municípios
9ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: CAJAZEIRAS 15 Municípios
10ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: SOUSA 09 Municípios
11ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: PRINCESA ISABEL 07 Municípios
12ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: ITABAIANA 15 Municípios

Quadro 1 Divisão Geoadministrativa do Estado da Paraíba**(conclusão)**

13ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: POMBAL 08 Municípios
14ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: MAMANGUAPE 12 Municípios
15ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA	Sede: SOLÂNEA 15 Municípios

Fonte: Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/odestadual/regiões>>. Acesso em: 03 mar de 2017.

No ano de 2015, houve uma mudança de sede regional na 5ª Região Geoadministrativa. Monteiro perdeu o espaço como cidade sede para o município de Sumé. Embora não exista uma justificativa plausível, acredita-se, que tal mudança, tenha ocorrido por causa das divergências políticas do Governo Estadual com lideranças políticas de Monteiro com assento na Assembleia Legislativa.

Em cada uma das cidades sede ocorre um ciclo. Em preparação ao ciclo, são realizadas nos municípios no entorno da cidade sede, plenárias - onde se faz um chamamento da sociedade civil, igrejas, sindicatos, associações de bairro, estudantes, enfim, toda sociedade, para participar das discussões, eleger as prioridades do município.

Esse ciclo conta com a presença de funcionários representantes do Estado, que orientam a didática que melhor satisfaz as necessidades locais. Em seguida, se escolhe os conselheiros que representarão a cidade. O ciclo regional, que são as audiências regionais costumeiramente conta com a presença do Governador, os Secretários de Estado e demais auxiliares da Administração. É feita uma prestação de contas das metas sugeridas no ano anterior e as realizações ocorridas para suprir as demandas apontadas.

A população presente no ciclo se inscreve e apresenta os novos pleitos para as suas cidades ou renova apelo para que as demandas não contempladas no OD se materializem. Geralmente, se organizam caravanas das cidades vizinhas para participar do ciclo regional na cidade sede. A mobilização tenta ser a mais ampla possível, levando-se para o evento o maior número de pessoas para opinar e registrar o pedido para a sua cidade ou região. Os administradores locais, em parceria com o Governo do Estado disponibilizam transporte para o evento, facilitando o acesso da população na plenária.

Terminados todos os ciclos, a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças, faz a elaboração de um documento final com todas as reivindicações e pedidos. O Governador as faz constar no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual para o exercício subsequente. Encaminhando a Assembleia Legislativa para discussão, apreciação e votação. Geralmente ocorre a aprovação. A partir de então, segue-se os procedimentos normais e legais. Seguindo para o Governador que sanciona o referido projeto, tornando-se Lei, que vigorará no exercício subsequente à sua elaboração.

1- Relatório sobre o ODE

É importante destacar que as ações demarcadas entre os anos de 2012-2015 totalizaram 971(novecentos e setenta e uma) e um investimento total no valor de R\$ 6.639.729.436,00 (seis bilhões, seiscentos e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais) na 5ª Região Geoadministrativa. A Tabela 13 mostra as ações demarcadas na LOA.

Tabela 13 Ações Demarcadas na Lei Orçamentária Anual

Ano	Ações demarcadas na LOA	Valor
2012	210 ações	R\$ 1.169.162.534,00
2013	233 ações	R\$ 1.844.000.000,00
2014	270 ações	R\$ 1.866.718.918,00
2015	258 ações	R\$ 1.759.847.984,00

Fonte: Pontes, 2017.

A participação popular nas Audiências Regionais dos Ciclos 2011-2015 na 5ª Região Geoadministrativa totalizaram 6.458 (seis mil, quatrocentas e cinquenta e oito) pessoas que se fizeram presentes de todos os municípios que a compõe. Foram homens e mulheres, líderes comunitários, presidentes de associações, representantes de classes, estudantes, professores, funcionários públicos, agricultores, artesãos, profissionais liberais, aposentados, desempregados, autônomos, enfim, toda a sociedade esteve representada, para apresentar suas ideias através de falas, *banner*, faixas, cartazes. Elegendo prioridades, fazendo com que as ideias se transformassem em ações. A participação popular está destacada, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 Participação popular nas Audiências Regionais dos Ciclos de 2011 – 2015

Região	Sede	Participação				
		2011	2012	2013	2014	2015
1ª	João Pessoa	2.500	2.622	1.917	4.052	4.364
2ª	Guarabira	880	1.200	932	1.357	2.420
2ª	Bananeiras	-	-	1.140	-	-
2ª	Solânea	-	-	-	2.320	1.780
3ª	Soledade	-	716	-	-	-
3ª	Esperança	700	827	1.316	1.423	2.680
3ª	Campina Grande	1.085	840	1.235	1.837	2.495
4ª	Cuité	721	985	1.566	1.712	2.050
5ª	Monteiro	1.046	986	1.008	1.382	2.036
6ª	Patos	636	951	1.180	2.132	2.784
7ª	Itaporanga	803	1451	1.299	1.653	2.183
8ª	Catolé do Rocha	735	950	789	-	1.800
8ª	São Bento	-	-	-	1.230	-
9ª	Cajazeiras	563	1.252	1.255	1.650	2.500
10ª	Sousa	444	1.175	1.311	1.010	1.350
11ª	Princesa Isabel	950	1.507	1.609	1.549	1.824
12ª	Itabaiana	862	1.617	1.992	2.114	2.160
13ª	Pombal	633	1.085	1.264	2.140	2.115
14ª	Mamanguape	777	953	1.295	2.640	2.140
Total		13.335	19.117	21.108	30.201	36.681

Fonte: Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/odestadual/regiões>>. Acesso em: 03 mar de 2017.

Observa-se que, houve um aumento considerável da participação popular nas Audiências do Orçamento Participativo nas Regionais dos Ciclos de 2011-2015. Fazendo um comparativo entre 2011(primeiro ano) e 2015, houve um aumento de aproximadamente 300% (trezentos por cento). Especificamente, na 5ª Regional, com sede no município de Monteiro, nota-se que a participação popular declinou apenas, no segundo ano de audiências (2012).

Nos anos seguintes, aconteceram aumentos da participação popular. Fazendo-se o mesmo comparativo, do primeiro ano (2011), em relação ao último (2015), vê-se uma quantidade de participação popular de aproximadamente 100% (cem por cento). Portanto, gradativamente, tanto a nível Regional, quanto à nível Estadual, o Orçamento Participativo contou com uma maior presença de populares.

O Governo da Paraíba, atendendo solicitação da população nas plenárias do OD nas três primeiras edições, nos anos de 2011, 2012 e 2013, que aconteceram na 5ª Região Geoadministrativa, realizou algumas obras, figurando como as principais estão na Tabela 14.

Tabela 14 Obras realizadas na 5ª Região Geoadministrativa através do OD entre os anos de 2011 a 2015

OBRA	VALOR
Construção do Anel viário do Cariri, interligando os municípios de: Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú, Congo, Caraúbas, São Domingos do Cariri.	R\$ 78.738.953,70
Reforma do Hospital Regional e Maternidade de Monteiro.	R\$ 4.444.756,70
Reforma do Hospital Alice de Almeida, em Sumé.	R\$ 2.226.177,50
Construção de uma nova escola em Parari.	R\$ 1.045.796,73

Fonte: Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/odestadual/regiões>>. Acesso em: 03 mar de 2017.

Verifica-se que a grande necessidade apresentada pela população e atendida pelo Governo do Estado foi na área de Infraestrutura, o Anel Viário do Cariri, com a construção de estradas asfaltadas, tendo sido esta a primeira grande reivindicação e na qual foram investidos mais recursos públicos. Sendo que, na maioria dos municípios, a obra foi concluída, inaugurada e entregue a população e, ainda, alguns trechos estão em fase de construção e conclusão.

Como segunda prioridade se destaca a área da saúde com a reforma dos hospitais que atendem a grande maioria da população em se tratando de Região: o Hospital Regional Santa Filomena, em Monteiro e o Hospital Alice de Almeida, na cidade de Sumé. A terceira prioridade foi na área da educação, com a construção de uma Escola no município de Parari, com um investimento considerável, ultrapassando a quantia de mais de um milhão de reais.

Nos anos seguintes de 2013, 2014, 2015 e 2016 as prioridades que a população presente nas audiências elegeram foram nas áreas de Educação, Segurança Pública, Recursos Hídricos, Desenvolvimento Humano e também Estradas e Rodagens. Muitas das ações foram concluídas, estão em andamento ou a iniciar (em fase de licitação ou a licitar), conforme mostram as Tabelas 15 e 16.

Tabela 15 Total de Investimentos Realizados na 5ª Região Geoadministrativa por Área

Áreas de Investimentos	Valor Investido
Recursos Hídricos	75.172.769,39
Empreender	870.000,00
Desenvolvimento Humano	13.113.649,13
Educação + SUPLAN	44.607.842,66
Estradas de Rodagem	55.471.700,77
Saúde	15.022.349,72
Segurança Pública e Detran	924.760,11
Agropecuária e Pesca	9.372.792,04
TOTAL	214.555.863,82

Fonte: Pontes, 2017.

Tabela 16 Recursos Hídricos, Abastecimento D'água e Esgotamento Sanitário – Cagepa e SEIRHMAC (continua)

Municípios	Ação	Valor R\$	Situação
Amparo, Caraúbas, Gurjão, Parari, São José dos Cordeiros e Sumé	Construção de 11 Sistemas de Abastecimento de Água de Comunidades Rurais pelo Programa Água para Todos	1.859.194,05	Concluído
Amparo, Parari, São José dos Cordeiros e Serra Branca	Implantação/Recuperação de 6 Sistemas de Dessalinização	742.902,24	Concluída
Camalaú	Recuperação da Barragem Camalaú – Programa de Recuperação 2ª etapa	374.067,61	Concluída
Sumé	Nova captação para o Sistema Adutor do Congo via água do PISF, constando de Poço Amazonas com drenos radiais, aquisição de conjunto motor-bomba anfíbio, subestação elétrica com automação e inversor de frequência e interligação com a adutora existente.	1.328.500,00	Em andamento

Tabela 16 Recursos Hídricos, Abastecimento D'água e Esgotamento Sanitário – Cagepa e SEIRHMAC (conclusão)

Municípios	Ação	Valor R\$	Situação
Monteiro	Construção 7 Sistemas de Abastecimento de Água de Comunidades Rurais localizadas, no Estado da Paraíba, ao longo dos Canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco	14.531.791,60	Em andamento
Amparo, Caraúbas e Prata	Implantação de 5 Sistemas de Dessalinização - Programa Água doce	619.085,20	Em andamento
Santo André, Coxixola e localidades de: Pio X e Sucuru	Sistema Adutor do Congo - Etapa III, beneficiando 10,5 mil habitantes	10.370.507,743	Em andamento
Caraúbas e Gurjão	Construção de 2 Sistemas de Abastecimento de Água de Comunidades Rurais pelo Programa Água para Todos	328.845,58	Em andamento
Serra Branca	Esgotamento Sanitário, beneficiando 13 mil habitantes	8.003.924,29	Em andamento
Caraúbas	Esgotamento Sanitário, beneficiando 4 mil habitantes	4.100.619,36	Em andamento
Coxixola	Esgotamento Sanitário, beneficiando 1,7 mil habitantes	3.031.791,92	Em andamento
São José dos Cordeiros	Esgotamento Sanitário, beneficiando 4 mil habitantes	3.291.666,41	Em andamento
Camalaú, São João do Tigre, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro e localidades de Cacimbinhas e Jaburu	Sistema Adutor de Camalaú, beneficiando 17 mil habitantes	24.534.105,15	Em andamento
Camalaú, Caraúbas, Prata, S. João do Cariri, S. João do Tigre, S. Sebastião do Umbuzeiro e Sumé	Implantação de 11 Sistemas de Dessalinização - Programa Água doce.	1.361.987,44	A iniciar
Prata e São João do Tigre	Construção de 4 Sistemas de Abastecimento de Água de Comunidades Rurais pelo Programa Água para Todos	648.176,92	A iniciar
São José dos Cordeiros	Construção de 1 Barreiro no Programa Água para Todos	45.513,88	A iniciar.

Fonte: PONTES, Leandro, 2017.

A construção de sistemas de abastecimento de água, recuperação de barragens e barreiros, implantação de dessalinizadores e esgotamentos sanitários nos diversos municípios da 5ª Região mostra claramente a preocupação da população com as longas estiagens

vivenciadas no semiárido e a importância de armazenar a água de forma adequada, como também, o acesso mais fácil ao precioso líquido, especialmente, para os moradores das comunidades mais distantes de reservatórios de água.

A Tabela 17 apresenta informações sobre o programa Empreender.

Tabela 17 Empreender

Em toda a 5ª Região	Liberação de crédito individual para 279 empreendedores individuais.	870.000,00	Concluído
---------------------	--	------------	-----------

Fonte: Pontes, 2017.

O Empreender é um Programa do Governo Estadual criado no sentido de apoiar pequenos produtores, criadores, agricultores, artesãos, donas de casa, proporcionando condições de gerir seu próprio negócio, emprestando dinheiro a juros mínimos e com uma carência razoável de tempo para começar a pagar. Fazendo com que boas ideias possam se tornar grandes negócios. Nesse sentido, um pequeno número de populares foram diretamente beneficiados nos diversos municípios.

A Tabela 18 traz o desenvolvimento humano na Paraíba.

Tabela 18 Desenvolvimento Humano (SEDH)**(continua)**

Em toda a região Amparo (321), Camalaú (271), Caraúbas (504), Congo (1.232), Coxixola (243), Gurjão (352), Monteiro (4.164), Ouro Velho (430), Parari (174), Prata (672), Santo André (348), São João do Cariri (425), São João do Tigre (636), São José dos Cordeiros (461), São Sebastião do Umbuzeiro (456), Serra Branca (1.486), Sumé (2.339) e Zabelê (288).o	Pagamento do abono natalino do Bolsa Família, em 2016, para 14.802 famílias	473.664,00	Concluída.
Em toda a região. Amparo (262), Camalaú (262), Caraúbas (303), Congo (248), Coxixola (176), Gurjão (214), Monteiro (1.046), Ouro Velho (272), Parari (29), Prata (288), Santo André (126), São João do Cariri (91), São João do Tigre (286), São José dos Cordeiros (67), São Sebastião do Umbuzeiro (306), Serra Branca (342), Sumé (514) e Zabelê (97).	Aquisição de 1.473.165 litros de leite, pelo Programa do Leite, beneficiando 4.930 famílias, em 2016.	5.094.329,40	Concluído

Tabela 18 Desenvolvimento Humano (SEDH)**(conclusão)**

Sumé	Implantação da Casa da Cidadania de Sumé	100.000,00	Concluído
Monteiro	Custeio do SINE, em 2016.	150.000,00	Concluída
Monteiro	Reforma e aparelhamento da ILP Abrigo Iracema de Azevedo	100.000,00	Concluído
Serra Branca	Reforma e aparelhamento da ILP Abrigo São Vicente de Paula	47.575,00	Concluído
Sumé	Reforma e aparelhamento da ILP Proteção e Amparo a Velhice de Sumé	39.197,59	Concluído
Prata	Construção de 63 cisternas para produção de alimentos.	761.730,02	Concluída
Monteiro	Construção de 650 cisternas para produção de alimentos.	1.844.524,50	Concluída
Amparo	Distribuição de 100 filtros de cerâmica nas comunidades da Zona rural.	13.900,00	Concluída
Monteiro	Fomento a novos empreendimentos da economia solidária e o fortalecimento das redes de empreendimentos solidários constituídas por catadores e catadoras que atuam com resíduos sólidos.	111.747,00	Em andamento
Sumé	Implantação da Casa de Economia Solidária	32.513,65	Em andamento
Amparo	Distribuição de 266 filtros de cerâmica nas comunidades da Zona rural.	36.974,00	Em andamento
Serra Branca	Distribuição de 328 filtros de cerâmica nas comunidades da Zona rural.	45.592,00	Em andamento
Zabelê	Distribuição de 144 filtros de cerâmica nas comunidades da Zona rural	20.016,00	Em andamento
Amparo	Construção de 64 cisternas para produção de alimentos.	761.730,02	Em andamento
Monteiro	Construção de 190 cisternas para produção de alimentos.	1.166.796,63	Em andamento
Ouro Velho	Construção de 64 cisternas para produção de alimentos.	761.730,02	Em andamento
Serra Branca	Construção de 64 cisternas para produção de alimentos.	775.814,65	Em andamento
Sumé	Construção de 64 cisternas para produção de alimentos.	775.814,65	Em andamento

Fonte: Pontes, 2017.

No que se relaciona ao Desenvolvimento Humano, foram realizadas diversas ações no sentido de promover o bem estar, principalmente, da população mais vulnerável socialmente. Desde o pagamento do abono natalino, aquisição de leite dos produtores rurais, implantação de uma Casa da Cidadania, reforma de abrigo para idosos, construção de cisternas para produção de alimentos e distribuição de filtros de cerâmica. Tendo como foco central melhorar a qualidade de vida da população mais carente.

Tabela 19 Educação + SUPLAN

Em todo o Estado	Aquisição de 184 laboratórios de ciências	17.913.636,54	Concluído
Caraúbas, Congo, Gurjão, Coxixola, Parari, Prata, São João do Cariri, Santo André, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro e Sumé.	Aquisição de 12 ônibus, sendo 1 para cada município	2.160.000,00	Concluído (Pacto Social 2017)
Camalaú, Caraúbas, Congo, Monteiro e Serra Branca	Aquisição de 5 laboratórios de informática (contendo 18 computadores, cada um), totalizando 90 novos computadores	369.000,00	Concluído (Pacto Social 2017)
Amparo, Coxixola, Gurjão, Monteiro, Ouro Velho, São João do Tigre, Serra Branca e Zabelê	Aquisição de 8 conjuntos (contendo 210 carteiras, cada um), totalizando 1.680 novas carteiras escolares	332.640,00	Concluído (Pacto Social 2017)
Em toda a Região	Formação de 51 gestores em Gestão Escolar	Não especificado	Concluído
Em toda a Região	Prêmio Escola de Valor (Edição 2016) 6 escolas e 212 servidores	304.325,29	Concluído
Em toda a Região	Prêmio Mestres da Educação (Edição 2016) 147 professores	302.737,19	Concluído
Monteiro	Aquisição de 1 ônibus escolar para a 5ª GRE	242.100,00	Concluído
Serra Branca	construção da Escola Técnica Estadual.	16.716.339,12	Em andamento
Monteiro	construção da 1ª fase do Campus da UEPB (blocos de salas).	6.267.064,52	Em andamento

Fonte: Pontes, 2017.

O tema Educação ganhou destaque com a aquisição de laboratórios de informática, possibilitando aos alunos um contato permanente com a tecnologia dentro das escolas. A aquisição de ônibus escolares para diversos municípios com o intuito de dar mais conforto e segurança aos alunos que moram na zona rural e precisam usar transporte para chegar a

escola. Aquisição de novas carteiras escolares para uma maior comodidade dos estudantes. Formação de gestores escolares com curso específico e para os professores o Prêmio Mestres da Educação. Construção de uma Escola Técnica (em Serra Branca) e blocos de salas de aula no Campus da UEPB (em Monteiro). Sendo tais ações importantes para melhorar a qualidade da educação em toda a 5ª Região.

A Tabela 20 mostra dados sobre as estradas e rodagem na Paraíba.

Tabela 20 Estradas de Rodagem

Parari e Santo André	Pavimentação de 12 km da PB-200: Parari/Santo André	11.432.590,70	Concluído
Congo e Caraúbas	Pavimentação de 22 km da PB-186: Congo/Caraúbas	16.761.457,00	Concluída
São João do Tigre e Camalaú	Pavimentação de 25 km da PB-240: São João do Tigre/Camalaú	15.782.246,07	Em andamento
Caraúbas	Pavimentação de 13 km da PB-186: Caraúbas/São Domingos do Cariri	11.495.407,00	Em andamento

Fonte: Pontes, 2017.

A construção de estradas e rodagens, conforme solicitação nas plenárias está em fase final de construção, faltando apenas, para interligar todo o Cariri Paraibano por estradas asfaltadas, concluir duas estradas: as de São João do Tigre à Camalaú e a de Caraúbas à São Domingos do Cariri. Com essa conclusão, haverá uma maior facilidade de mobilidade local, regional, estadual e interestadual dos moradores da Região supra citada.

No tocante a habitação (CEHAP) não há ações em desenvolvimento na 5ª Região.

Tabela 21 Saúde

Monteiro	Custeio do Hospital e Maternidade Regional Santa Filomena	15.022.349,72	Concluído
Monteiro	Realização de 50.315 atendimentos, 1.300 cirurgias e 1.101 partos, em 2016, no Hospital e Maternidade Regional Santa Filomena	não especificado	Concluído

Fonte: Pontes, 2017.

Os atendimentos de saúde à nível regional se concentram no Hospital e Maternidade Santa Filomena na cidade de Monteiro que, referencia a maioria dos municípios da Região. Mesmo com os investimentos governamentais a área da saúde precisa sempre de melhorias para funcionar com a qualidade desejada pela população. Não obstante, existe uma necessidade de ampliação das especialidades para melhor atendimento das reivindicações que emergem por parte do povo.

O Quadro 3 mostra informações sobre a segurança pública e Detran.

Quadro 3 Segurança Pública e Detran**(continua)**

Toda a Região	Realização de 37 Operações de Repressão Qualificada, resultando na prisão de 6 pessoas e elucidação de 59% dos Crimes Violentos Letais e Intencionais ocorridos na Região	Não Especificado.	Concluída (FONTE: Delegacia Geral de Polícia Civil)
Toda a Região	Realização de 319 prisões, 123 Mandados de Busca e Apreensão e 165 Representações por Medidas Protetivas em favor de mulheres vítimas de violência.	Não Especificado	Concluída. (FONTE: 14ª DSPC e Coordenação das Delegacias Especializadas da Mulher)
Toda a Região	Atendimento de 3.077 pessoas para o registro de boletins de ocorrências e 1.766 procedimentos policiais para apuração de delitos	Não Especificado.	Concluída. (FONTE: 12ª DSPC)
Em toda a Microrregião	Capacitação de crianças no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, em 2016. Público Beneficiado: 2.238 Alunos de Escolas Estaduais e Municipais.	Não Especificado.	Concluído. (FONTE: PROERD).
Monteiro (11º BPM)	Apreensão de 71 armas de fogo, realização de 289 operações da PM e 1.300 pessoas atendidas.	Não especificado	Concluída

Quadro 3 Segurança Pública e Detran (conclusão)

Monteiro BPM)	(11º)	205 Policiais Militares Premiados com o Prêmio Paraíba Unida Pela Paz – Redução nos Homicídios no 2º Semestre/2016.	Não especificado	Concluída
Monteiro BPM)	(11º)	Aquisição de 23 viaturas para a Região.	882.143,11	Concluída
Monteiro BPM)	(11º)	Aquisição de fardamento e material bélico.	42.617,00	Concluída

Fonte: Pontes, 2017.

Na área da Segurança Pública a preocupação governamental se deu com a realização de diversas operações de repressão qualificada, mandados de busca e apreensão, realizações de prisões e inúmeros registros de boletins de ocorrências. Houve ainda a capacitação de crianças no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, aquisição de viaturas, fardamento e material bélico. Mesmo com as diversas ações, a população reclama constantemente a falta de segurança em todas as cidades.

O Quadro 4 destaca a agropecuária e a pesca.

Quadro 4 Agropecuária e Pesca (PROCASE)**(continua)**

Congo	Fortalecimento do artesanato em Riacho do Algodão de Santa Rita	111.692,87	Concluído
Gurjão	Fortalecimento da caprinocultura no município, beneficiando 40 famílias	172.018,00	Concluído
Monteiro	Fortalecimento da caprinocultura no Assentamento dos Dez, beneficiando 23 famílias.	136.840,37	Concluído
Prata	Fortalecimento da caprinocultura no município, beneficiando 35 famílias.	326.593,50	Concluído
São João do Tigre	Fortalecimento do artesanato em Cacimbinha e COOPERTIGRE, beneficiando 114 famílias	289.166,12	Concluído
São José dos Cordeiros	Fortalecimento da apicultura no município, beneficiando 09 famílias.	126.920,74	Concluído
Sumé	Fortalecimento da caprinocultura na Associação Alvorada Rural do Assentamento Mandacarú, beneficiando 20 famílias	81.556,00	Concluído
Amparo	Fortalecimento da caprinocultura na Associação dos Produtores do Sítio Caiçara, beneficiando 29 famílias	155.961,87	Em andamento
Camalaú	Fortalecimento da caprinocultura na Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos e Irrigantes do Município de Camalaú, beneficiando 18 famílias.	158.596,93	Em andamento
Camalaú	Fortalecimento do artesanato na Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú, beneficiando 50 famílias.	131.006,76	Em andamento
Caraúbas	Fortalecimento da caprinocultura na Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Caraúbas (ACCOC), beneficiando 19 famílias.	139.000,00	Em andamento
Caraúbas	Fortalecimento da apicultura na Associação de Apicultores e Meliponicultores de Caraúbas - AAPINEA, beneficiando 14 famílias.	196.475,66	Em andamento

Quadro 4 Agropecuária e Pesca (PROCASE)**(continua)**

Coxixola	Fortalecimento da caprinovinocultura no município, beneficiando 72 famílias	376.266,94	Em andamento
Gurjão	Fortalecimento do artesanato na Associação dos Artesãos em Tapeçaria de Gurjão, beneficiando 14 famílias.	199.023,76	Em andamento
Monteiro	Fortalecimento da caprinocultura na Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Xique Xique, beneficiando 36 famílias.	184.684,11	Em andamento
Ouro Velho	Fortalecimento da caprinocultura na Associação dos Ovinocaprinocultores de Ouro Velho, beneficiando 11 famílias.	134.786,82	Em andamento
Parari	Fortalecimento da caprinocultura na Associação dos Criadores e Produtores de Caprinos e Ovinos de Parari, beneficiando 15 famílias.	154.126,82	Em andamento
Santo André	Fortalecimento da caprinovinocultura na Associação dos Produtores rurais do município de Santo André (APRSA), beneficiando 66 famílias.	199.631,90	Em andamento
São Sebastião do Umbuzeiro	Fortalecimento do artesanato na Associação de Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro, beneficiando 32 famílias.	66.216,39	Em andamento
São Sebastião do Umbuzeiro	Fortalecimento da caprinocultura na Associação Comunitária dos Agricultores Rurais da Comunidade de Juazeiro, beneficiando 25 famílias	157.682,82	Em andamento
Serra Branca	Fortalecimento da caprinocultura no município, beneficiando 26 famílias.	228.843,64	Em andamento
Zabelê	Fortalecimento do artesanato e caprinocultura na Associação das Mulheres e Mães de Zabelê, beneficiando 30 famílias.	192.561,58	Em andamento

Quadro 4 Agropecuária e Pesca (PROCASE)**(continua)**

Em toda a região	Construção de 90 barragens subterrâneas com poço amazonas, sendo: 5 em Amparo, 5 em Camalaú, 5 em Caraúbas, 5 em Congo, 5 em Coxixola, 6 em Gurjão, 5 em Monteiro, 5 em Ouro Velho, 5 em Parari, 5 em Prata, 5 em Santo André, 4 em São João do Cariri, 5 em São João do Tigre, 5 em São José dos Cordeiros, 5 em São Sebastião do Umbuzeiro, 5 em Serra Branca, 5 em Sumé e 5 em Zabelê.	916.380,00	Em andamento
Em toda a região	Perfuração de 93 Poços tubulares profundos, sendo: 5 em Amparo, 5 em Camalaú, 5 em Caraúbas, 5 em Congo, 5 em Coxixola, 4 em Gurjão, 5 em Monteiro, 6 em Ouro Velho, 5 em Parari, 5 em Prata, 5 em Santo André, 7 em São João do Cariri, 6 em São João do Tigre, 5 em São José dos Cordeiros, 5 em São Sebastião do Umbuzeiro, 5 em Serra Branca, 5 em Sumé e 5 em Zabelê.	763.258,44	Em andamento
Em toda a região	Instalação de 183 kits de irrigação, sendo: 10 em Amparo, 10 em Camalaú, 10 em Caraúbas, 10 em Congo, 10 em Coxixola, 10 em Gurjão, 10 em Monteiro, 11 em Ouro Velho, 10 em Parari, 10 em Prata, 10 em Santo André, 11 em São João do Cariri, 11 em São João do Tigre, 10 em São José dos Cordeiros, 10 em São Sebastião do Umbuzeiro, 10 em Serra Branca, 10 em Sumé e 10 em Zabelê.	3.092.700,00	Em andamento

Quadro 4 Agropecuária e Pesca (PROCASE)**(conclusão)**

Em toda a região	Distribuição de 1.840.000 de Raquetes de Palma Resistente a Cochonilha do Carmim, sendo: 100.000 em Amparo, 100.000 em Camalaú, 100.000 em Caraúbas, 100.000 em Congo, 100.000 em Coxixola, 100.000 em Gurjão, 100.000 em Monteiro, 110.000 em Ouro Velho, 100.000 em Parari, 100.000 em Prata, 100.000 em Santo André, 110.000 em São João do Cariri, 110.000 em São João do Tigre, 100.000 em São José dos Cordeiros, 100.000 em São Sebastião do Umbuzeiro, 100.000 em Serra Branca, 100.000 em Sumé e 100.000 em Zabelê.	680.800,00	Em andamento
------------------	--	------------	--------------

Fonte: Pontes, 2017.

Em relação a Agropecuária e Pesca, os investimentos governamentais se deram no fortalecimento da caprinocultura e artesanato, apoiando diversas associações, como também construindo barragens subterrâneas, poços tubulares, instalação de *kits* de irrigação e distribuição de raquetes de palma para os pequenos agricultores. Todas as ações no sentido de possibilitar a permanência do homem no campo, diminuindo o êxodo rural e, ao mesmo tempo, possibilitando a convivência na Região, minimizando as dificuldades.

O Orçamento Democrático apresenta muitas ações que beneficiam à população nas mais diversas áreas, que trazem melhorias diretas e significativas na vida das pessoas, transformando a realidade vivenciada pelos habitantes da 5ª Região Geoadministrativa, sendo um instrumento inovador e de renovação, podendo ser visto como uma política pública, gerenciada pelos próprios beneficiários (o povo), cuja implantação das ações, fora por eles mesmos, escolhidas nas audiências locais e regionais.

Foram contempladas as seguintes áreas: Recursos Hídricos, Abastecimento D'água e Esgotamento Sanitário, Empreender, Desenvolvimento Humano, Educação, Estradas de Rodagem, Saúde, Segurança Pública e Detran, Agropecuária e Pesca (PROCASE). Um volume de recursos considerável para investimento foi direcionado para a execução das ações referendadas nas audiências dos Ciclos Regionais da 5ª Região Administrativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizada a pesquisa sobre o Orçamento Participativo implantado no Governo do Estado da Paraíba, como instrumento inovador da política pública, infere-se que a participação popular foi considerada altamente positiva, pois, tem interferido diretamente na tomada de decisão do governo estadual, procurando maneiras eficazes de melhor usar o dinheiro público em benefício da sociedade. É perceptível a existência de uma modificação da ação do Estado no que diz respeito à maneira como a sociedade participa nos assuntos de interesse da coletividade.

Na 5ª Região Geoadministrativa as demandas escolhidas pela sociedade presente no Orçamento Participativo se concentraram em Recursos Hídricos, Estradas e Rodagens, seguida de Educação. Outros temas, que também considerados importantes e discutidos, diziam respeito à Segurança e Saúde Pública.

As diversas melhorias implantadas na 5ª Região Geoadministrativa, como por exemplo: a construção do anel viário do Cariri, as ampliações nos hospitais das cidades de Monteiro e Sumé, a construção de escolas e adutoras, a aquisição de carros e armamentos para a Polícia Militar, entre outras ações, serviram de incentivo, para que a população se sentisse motivada em participar cada vez mais das plenárias do Orçamento Participativo por entender que além do pleno exercício da cidadania, ao mesmo tempo, indicam locação de recursos para a sua região que, se configuram em obras, elevando a qualidade de vida, embora, não sejam solucionados todos os problemas apresentados.

Sem dúvidas, o Orçamento Participativo é uma estratégia que possibilita abertura para que a população entenda o verdadeiro papel do Estado. E que, não é a única forma de participação popular o Orçamento Democrático, existindo outras maneiras pelas quais a população pode se manifestar.

Constata-se que, existe uma limitação por parte do Governo do Estado da Paraíba no que diz respeito ao acesso aos dados advindos do Orçamento Participativo, pois, as informações disponibilizadas nos *sites* oficiais apresentam poucos dados, dificultando a informação mais precisa dos que querem pesquisar sobre o assunto.

Como sugestão, para solucionar isto, este estudo propõe que, o Governo Estadual alimente os dados nos *sites* oficiais com todas as informações oriundas do Orçamento Democrático, pontuando as demandas apresentadas, as ações realizadas e os recursos aplicados. Dessa forma, criam-se condições para que outros acadêmicos que desejem estudar

sobre o assunto não se deparem com tanta resistência e dificuldade para conseguir os dados e informações que necessita.

Por fim, percebe-se que apesar da necessidade de aperfeiçoamento, o Orçamento Democrático Estadual é uma ferramenta de inovação da administração pública, que congrega a participação popular na escolha de prioridades e conseqüentemente, na implantação de obras e melhorias que beneficia à todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Universitária/UFPB, tomo 1, 1966.

ALVES, Denisard Cnélio de Oliveira; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Manual de economia**. *et al.* PINHO, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio S de; TONETO, Rudiney (org.). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 13-60, 2003.

AVRITZER, Leonardo. ; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O. **Associativismo na cidade de São Paulo**. *In*: AVRITZER, Leonardo. (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva: 1992.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2012.

BORBA, Maria Auxiliadora Bezerra. **Saberes e fazeres do povo: resgate da cultura popular na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

BRANDIÃO, Hugo Júnior; PALASSI, Márcia Prezotti; FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. **Administração Pública**. Curso de Graduação de Administração a Distância. Projeto Piloto UAB/MEC, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A desigualdade de renda no Brasil. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Manual de economia**. *et al.* PINHO, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio S de; TONETO, Rudiney (org.). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. **Trabalho em questão**, p. 43-58, 2010.

COCHRANE, Teresinha Maria Cavalcanti. Principal objetivo da contabilidade: informações contábeis. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**. 2000.

BRASIL. Conselho Federal. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. **CEP**, v. 70070, p. 920, 2003.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, Desigualdade e Desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DA CONTABILIDADE, HISTÓRIA. **História da Contabilidade**. 2011.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

DIÁLOGO GLOBAL, **Aprendendo com o sul: o orçamento participativo no mundo – um convite à cooperação global**. Publicado por Engagement Global gGmbH, nº 25, 2012.

DIAS, Nelson. Uma outra democracia é possível? As experiências de Orçamento Participativo. **e-cadernos ces**, n. 01, 2008. **Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FEDOZI, Luciano Joel. **O eu e os outros: a construção da convivência social no orçamento participativo em Porto Alegre**. Tomo Editorial Ltda, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Receita Estadual dos últimos cinco anos**. Disponível em: <www.paraiba.pb.gov.br>. Acesso em 03 de Março de 2017.

GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JR, Rudinei. Mensurando a economia de um país. GREMAUD, AP, DIAZ, MDM, AZEVEDO, PF, TONETO JR., R. **Introdução à Economia**. Atlas: São Paulo, 2007.

Haddad, Rosaura Conceição **Contabilidade pública** / Rosaura Conceição Haddad, Francisco Glauber Lima Mota. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 03 jun. de 2015.

MILANI, Carlos R.S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**, Scielo Brasil, 2008.

NUNES, Selene Peres Peres; NUNES, Ricardo da Costa. O processo orçamentário na Lei de Responsabilidade Fiscal: instrumento de planejamento. **Administração Pública: direitos administrativos, financeiros e gestão pública: prática, inovações e polêmicas**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

KASHIWAKURA, H. K. **A Contabilidade Gerencial Aplicada ao Orçamento Programa Como Instrumento de Avaliação de Desempenho**. Brasília: ESAF, 1997.

KURY, Adriano da Gama. **Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa**. ROSA, Ubiratan (org.). São Paulo: FTD, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40 p. Disponível em: Acesso em: 30 nov. 2009.

PASCOAL, Valdecir Fernandes. **Direito Financeiro e Controle Externo: teoria, jurisprudência e 250 questões de concursos públicos (atualizado com a lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. V.1 e 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz**. Piracicaba: Edição do Autor, 1999.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, G. P.; CARVALHO, C. E. **Referenciais teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo**. Revista Nova Economia, vol. 16, nº 3. Belo Horizonte, Set/Dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/neco/v16n3/a03v16n3.pdf>. Acesso em 08/06/2015.

SOUZA, Celina et al. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Participação popular no planejamento urbano e na gestão orçamentária municipal no Brasil: um balanço e algumas questões.** Participação Cidadã, p. 101, 2004.

TATAGIBA, L. **A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo.** In: AVRITZER, L. (org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

TORRES, Haroldo da Gama; FERREIRA, Maria Paula; DINI, Nádya Pinheiro. **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS.** São Paulo Perspec., v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro.** São Paulo: Atlas, v. 2, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.